

RELATÓRIO ANUAL 2017

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

*SEGURANÇA PÚBLICA,
DEVER DO ESTADO, DIREITO
E RESPONSABILIDADE DE TODOS.*



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



Comissão de
Segurança Pública
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
18ª LEGISLATURA

**RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA / 2017**

Goiânia, dezembro de 2017.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	1
1 INTRODUÇÃO	5
2 A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA BIÊNIO 2017/2018	7
2.1 Membros da Comissão de Segurança Pública – 18ª Legislatura	7
2.1.1 Presidente	7
2.1.2 Vice-Presidente	7
2.1.3 Membros	8
2.2 Equipe da Comissão de Segurança Pública	10
3 EVENTOS	11
3.01 Audiência Pública – Tema: Menos Rótulo Mais Respeito	11
3.02 Seminário – Tema: Os Desafios da Segurança Pública	13
3.03 Seminário – Tema: Disseminação das Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Rua	24
3.04 Audiência Pública – Tema: As Forças de Segurança Pública e o Direito à Manifestação	26
3.05 Reunião Pública – Tema: Os Caminhos para uma Comunidade Mais Segura (Região Noroeste de Goiânia – Vila Mutirão)	38
3.06 Seminário – Tema: Responsabilização de Violências Sexuais	42
3.07 Reunião Pública – Tema: Os Caminhos para uma Comunidade Mais Segura (Região Oeste de Goiânia - Façalville I)	43
3.08 Reunião Pública – Tema: Os Caminhos para uma Comunidade Mais Segura (Região Oeste de Goiânia - Jardim Cerrado VII)	45
3.09 Reunião Pública - Região Noroeste no Setor Jardim Novo Mundo	46
3.10 Seminário – Tema: “O papel das Guardas Municipais no Contexto da Segurança Pública” realizado no Município de Rio Verde	50
3.11 Audiência Pública – Tema: Sistema Socioeducativo	51
3.12 Audiência Pública – Tema: O Cuidado com a Saúde dos Trabalhadores da Segurança Pública	54
3.13 Audiência Pública – Tema: Femicídio em Goiás	63
3.14 Audiência Pública – Tema: Violência e seus reflexos na vida escolar	72
3.15 Reunião Pública - Setor Vera Cruz II	76
4 DEMAIS AÇÕES	85



4.01 Reunião na União Goiana dos Policiais Civis - UGOPOCI	85
4.02 Reunião no Município de Cidade Ocidental	85
4.03 Palestra – Tema: Violência Contra Mulher	86
4.04 Palestra – Tema: Violência Contra Mulher	87
4.05 Palestra – Tema: Violência Contra Mulher	87
4.06 Palestra – Tem	88
a: Violência e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes	88
4.07 Reunião na Academia de Policia Civil	89
4.08 Reunião na Secretaria de Segurança Pública	90
4.09 Reunião com Conseg - Conselho Comunitário de Segurança de Senador Canedo	91
4.10 Visita ao Estudante Mateus Ferreira no Hospital de Urgências de Goiânia	92
4.11 Reunião no Ministério Público Estadual	94
4.12 Sessão Solene em comemoração ao dia do Polícia Civil	96
4.13 Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Policial Civil	97
4.14 Evento sobre a Conscientização e Prevenção as Drogas	98
4.15 Campanha Defesa em Dobro para Mulheres Vítimas de Violência	100
4.16 Visita ao 10º Distrito Policial de Goiânia	102
4.17 Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Policial Civil	103
4.18 Palestra – Tema: Combate À Violência Contra Crianças, Adolescentes e Mulheres	103
4.19 Visita Técnica a Escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás	104
4.20 Fórum de Debates de Enfretamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	105
4.21 Palestra – Tema: Prevenção à Violência e contra Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente	108
4.22 Palestra – Tema: Prevenção à Violência e Contra Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente	108
4.23 Reunião na Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SSPAP/GO	109
4.24 Palestra no CESAM - Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador	109
4.25 Palestra – Tema: Tolerância Zero com o Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente	110
4.26 Reunião no Ministério Público do Estado de Goiás	111

4.27	Palestra – Tema: Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes	111
4.28	Sessão Solene em Comemoração Dia Estadual do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG na Câmara Municipal de Goiânia	112
4.29	Reunião com Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol)	113
4.30	Palestra – Tema: Violência Doméstica	115
4.31	Visita ao Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de Goiás	115
4.32	CONSEG Mulher	116
4.33	Primeira Reunião Ordinária do Conseg Mulher	118
4.34	Ato Contra o Femicídio	119
4.35	Palestra – Tema: Segurança Pública, Atividade Policial e Direitos Humanos	120
4.36	Palestra – Tema: Violência contra a mulher	121
4.37	Sessão Especial em homenagem ao Dia Nacional da Guarda Civil Municipal	121
4.38	Visita à Escola Superior da Polícia Civil	123
4.39	Palestra – Tema: Ética profissional no Exercício da Atividade Policial	124
4.40	Palestra e visita no município de Silvânia	124
4.41	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	125
4.42	Solenidade de Formatura dos Novos Policiais Civis de Goiás	126
4.43	Palestra e Visita no município de Formosa	127
4.44	Palestra – Tema: Violência Doméstica	129
4.45	Debate – Tema: As Várias Faces da Violência Contra Mulher	129
4.46	Palestra – Tema: Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Interfaces da Segurança Pública	130
4.47	Visita e Reunião sobre Segurança Pública em Senador Canedo	131
4.48	Debate – Tema: Lei Maria da Penha, aplicações práticas e avanço das medidas protetivas	132
4.49	Debate – Tema: Faces da Violência Contra Mulher	132
4.50	Visita ao 10º Distrito Policial de Goiânia	133
4.51	Reunião com vice-governador José Eliton	134
4.52	Ciclo de Debates Práticas de Paz nas Escolas	135
5	PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	137
6	DENÚNCIAS ACOLHIDAS PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	139



7 - DEMONSTRATIVO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
----- 140

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório visa proceder um levantamento dos trabalhos realizados pela Comissão de Segurança Pública - CSP e sua equipe, durante o ano de 2017. Dentre as atividades desenvolvidas constam: audiências públicas, reuniões públicas, seminários, fóruns, reuniões com autoridades, projetos de lei apreciados pela CSP, visitas, palestras proferidas e denúncias acolhidas.

Ao longo do ano, realizamos seminários, reuniões e audiências públicas, e deles surgiram diversos encaminhamentos com a finalidade de prevenir, conter e solucionar os problemas que envolvem a segurança pública do nosso estado. Dentre os eventos, destacaram-se: o Seminário de Segurança Pública – **“Os Desafios da Segurança Pública”**, onde contou com mais de 300 participantes; a Audiência Pública - **“As Forças de Segurança Pública e o Direito à Manifestação”**; e a Audiência Pública – **“O Cuidado com a Saúde dos Trabalhadores da Segurança Pública”**.

Também foram ministradas várias palestras, cujo objetivo foi o de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento das situações de violência; estimular a população a denunciar tais ocorrências e incentivar a implementação de políticas públicas e de ações para o enfrentamento dessas situações de violência contra a mulher, crianças e adolescentes. Realizamos também visitas a várias delegacias com o intuito de discutir projetos para a Segurança Pública.

Todo o trabalho desenvolvido por esta Comissão de Segurança Pública pode ser acompanhado na medida em que acontece, pois toda ação desenvolvida é imediatamente colocada à disposição do cidadão na página da internet da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que inclui: a composição da Comissão; dados sobre os seus membros; contato e e-mail da Comissão para sugestões e envio de denúncias; tramitação das proposições - projetos e requerimentos; audiências públicas, reuniões públicas, seminários (antecedendo-os com sua divulgação e posteriormente com o devido relatório publicado) e demais eventos. Dessa forma, o cidadão interessado pode obter quaisquer dessas informações de forma rápida e eficiente, uma vez que a página da Comissão no site da Assembleia é constantemente revista e atualizada, e se constitui num canal aberto não só para consulta como para maior interação da população com o Legislativo.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, compete às comissões permanentes, além de outras atribuições:

- I – discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma deste Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso deferido de um décimo dos membros da Casa;
- II – convocar Secretário de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, mediante requerimento, nos termos do § 1º do art. 175;
- III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- IV – receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VI – apreciar programas, obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer;
- VII – converter, se considerado necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação de requisitos legais ou juntada de documentos;
- VIII – manifestar sobre a organização ou reorganização dos órgãos da Administração Direta ou Indireta relacionada aos seus respectivos campos temáticos ou áreas de atuação.

Ainda em conformidade com o mesmo regimento, a área de atuação e competências da Comissão de Segurança Pública, são:

- a) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;
- b) organização da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros;
- c) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas estaduais de segurança pública;
- d) propor solução pacífica de conflitos;
- e) promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;
- f) investigação de violência policial.

2 A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA BIÊNIO 2017/2018

2.1 Membros da Comissão de Segurança Pública – 18ª Legislatura

2.1.1 Presidente



Deputada Delegada Adriana Acorssi
(PT)

Presidente

Gabinete: 108

2.1.2 Vice-Presidente



Deputado Major Araújo
(PRP)

Vice-Presidente

Gabinete: 20

2.1.3 Membros

Deputados Titulares		
 <p>Deputado Santana Gomes (PSL) Gabinete: 11</p>	 <p>Deputado Sérgio Bravo (PROS) Gabinete: 33</p>	 <p>Deputado Cláudio Meirelles (PR) Gabinete: 30</p>
 <p>Deputado Lívio Luciano (PMDB) Gabinete: 16</p>	 <p>Deputado Daniel Messac (PSDB) Gabinete: 10</p>	

Deputados Suplentes



Deputado Henrique Arantes
(PTB)
Gabinete: 23



Deputado Álvaro Guimarães
(PR)
Gabinete: 13



Deputado Wagner Siqueira
(PMDB)
Gabinete: 15



Deputado Jeferson Rodrigues
(PRB)
Gabinete: 104



Deputado Simeyzon Silveira
(PSC)
Gabinete: 23



Deputado Paulo Cezar
(PMDB)
Gabinete: 16



Dep. Henrique César
(PSDB)
Gabinete: 14

2.2 Equipe da Comissão de Segurança Pública

Ana Clara Alves Rosado – Estagiária

Ana Paula de Oliveira Pinto – Assistente Legislativo (Secretária da Comissão)

Beatriz Mendanha Ribeiro Valadares – Assistente Legislativo

Carlos Luiz Novaes de Araújo Neto – Técnico Administrativo

Fábio Fazzion – Assessor Parlamentar

Fernando Henrique Miranda Viana – Estagiário

Gustavo Tadeu Reis Silva – Analista Legislativo

Luciana Maranhão Pereira - Analista Legislativo

3 EVENTOS

3.01 Audiência Pública – Tema: Menos Rótulo Mais Respeito

A campanha “Menos Rótulos, Mais Respeito”, de combate ao machismo, foi tema de audiência pública realizada na manhã do dia 20 de fevereiro de 2017, no Auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa de Goiás. As discussões foram promovidas pela presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Delegada Adriana Accorsi, em parceria com o Deputado Virmondes Cruvinel e contou com o apoio do presidente da Casa, Deputado José Vitti, juntamente com e a Associação dos Procuradores do Estado de Goiás (Apeg).

O projeto foi idealizado pelas procuradoras do Estado Carla Von Bentzen, Fabiana Bastos, Poliana Dias Alves Julião e Bárbara Gigonzac, e consiste num trabalho de conscientização e combate ao machismo institucionalizado nas relações de trabalho e profissionais, contra a mulher em todo âmbito social.



Além dos deputados, participaram da mesa diretiva, a secretária de Estado da Secretaria Cidadã, deputada estadual licenciada Lêda Borges; a procuradora Poliana Dias Alves Julião; representando o prefeito de Goiânia, Iris Rezende, a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Célia Valadão; e a procuradora Valentina Jungmann Cintra. Também participam da mesa, as procuradoras do Estado Patrícia Vieira Junker e Bárbara

Gigonzac; defensora pública do Estado de Goiás, Gabriela Marques Rosa; a representante da desembargadora Sandra Regina, secretária executiva da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Execução Penal, Lucelma Messias de Jesus; e a presidente da União Brasileira de Mulheres, Lúcia Rincon.

Durante o evento foram discutidos os diversos tipos de assédios sofridos pelas mulheres em seu cotidiano, além das formas de enfrentamento a eles. A Audiência Pública deixou claro que não apenas os homens contribuem para ações e atitudes de machismo e sexismo, mas mas a sociedade em geral.



A Campanha “Menos Rótulos, Mais Respeito”, além de confrontar a discriminação envolvendo gênero, evidencia a disparidade entre mulheres e homens nos três poderes. Segundo a procuradora goiana Fabiana Bastos, uma das idealizadoras do projeto, dados divulgados pela União Interparlamentar relativos a dezembro de 2016, de um total de 193 países, o Brasil ocupa a 155ª posição no ranking de representação feminina no Poder Legislativo, o que corresponde a apenas 9,9% na Câmara dos Deputados e 16% no Senado Federal.

De acordo com a classificação, o Brasil está atrás até mesmo de países como Iraque, Tunísia e Arábia Saudita. “Nos últimos cinco anos, o Brasil vem progressivamente amargando a perda de posições no ranking. A socióloga Fátima Pacheco Jordão, diretora do Instituto Patrícia Galvão e integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras, afirma que, no

atual ritmo, a paridade entre homens e mulheres no Legislativo somente seria alcançada em mais de 150 anos. “É uma realidade lamentável”, ressalta a procuradora Fabiana Bastos.

O deputado Virmondes Cruvinel enfatizou que a campanha “Menos Rótulos, Mais Respeito”, em pleno século 21, veio para mostrar que a luta pelos direitos da mulher ultrapassa os limites de tempo e espaço e é dever de cada cidadão que sonha com uma sociedade mais justa.

A deputada Delegada Adriana Accorsi, por sua vez, enalteceu as procuradoras do Estado idealizadoras da campanha, e destacou que há muito ainda a ser feito para o Brasil se tornar um país mais igualitário. Entretanto, disse a parlamentar, que a realização da Audiência Pública proposta é uma prova de que a mulher vem ganhando e conquistando mais espaços importantes na sociedade.



3.02 Seminário – Tema: Os Desafios da Segurança Pública

O Seminário **Os Desafios da Segurança Pública** realizado no dia 07 de abril de 2017, das 08:00 às 18:00 horas, foi organizado pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por iniciativa de sua presidente deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, em parceria com o Instituto Nacional de Educação

Pesquisa e Instrução em Segurança Pública – INEP BRASIL, no auditório Costa Lima desta casa de leis. Teve como objetivo discutir os desafios e a integração das forças de segurança pública no Brasil, além de abordar o modelo de segurança de outros países, como o Estados Unidos.

A mesa diretiva do seminário foi composta, além da presidente da Comissão deputada estadual Delegada Adriana Accorsi; pelo secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás, Ricardo Brisolla Balestreri; pelo presidente da Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, inspetor José Eulálio Vieira, representando o prefeito de Goiânia, Iris Rezende; e o diretor executivo-chefe as U.S Police Instructor Teams, Ibrahim Soares.



Também compuseram a mesa o delegado de polícia e vereador de Goiânia, Eduardo Prado; o representante do comando-geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Anésio Barbosa da Cruz Júnior; o representante do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Lindomar Antônio Ferreira; o representante do curso de pós-graduação em Ciências de Segurança Pública da UEG/Saesp, Capitão Reis; e a representante do Conselho Comunitário de Segurança, Adriana Dias da Silva.

A presidente da CSP, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, iniciou o discurso de abertura do evento, ressaltando a importância da discussão de segurança pública

entre Estado, Polícia, Comunidade e Academia para que juntos se possam chegar a um estado mais seguro para todos. Pediu para que todos os presentes dedicassem esse dia de estudo em memória da menina Ana Clara¹ que foi assassinada de uma forma brutal e para que nunca mais se repita em nosso estado.

Em seguida, estabeleceu-se um tempo de 3 minutos para que os componentes da mesa pudessem expressar sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com o secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ricardo Brisola Balestreri, que parabenizou a iniciativa da discussão de uma forma inovadora, visto que o compartilhamento de conhecimento e de experiências entre estados e até outros países é uma forma efetiva de resolução de problemas.



O secretário relatou que 95% da população brasileira é constituída por pobres e miseráveis e é fundamental a construção de uma segurança pública voltada para essas pessoas. Concluiu que estamos vivendo num período em que o fenômeno crescente do desemprego culmina diretamente no aumento da criminalidade. E ressaltou a crise do sistema carcerário, sendo necessário uma discussão técnica e científica para a solução deste problema.

O delegado de polícia e vereador de Goiânia Eduardo Prado afirmou ser fundamental a integração das forças de segurança (polícia militar, civil, guarda municipal)

¹ Assassinato da menina Ana Clara Pires Camargo de 7 anos, em fevereiro de 2017, na cidade de Santo Antônio de Goiás, na região metropolitana de Goiânia, quando saiu para entregar um dinheiro para a vizinha e não voltou mais.

junto com a sociedade para resolver os problemas da segurança pública, parabenizando a iniciativa do seminário que cumpre esse o objetivo.

O próximo da mesa a falar foi o representante do comando-geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Anésio Barbosa da Cruz Júnior, que frisou que o Brasil é um dos países que tem maior população carcerária do mundo e ao mesmo tempo é o país da impunidade. Tendo em vista esse processo de percepção penal ineficiente e moroso que é uma homenagem a impunidade e que gera a criminalidade.

O coronel Anésio acredita que a longo prazo, é necessário investir na educação e a curto e médio prazo na alteração do processo penal. Criticou a forma como funciona a audiência de custódia hoje em dia – “na formatação em que foi positivada em lei a audiência de custódia, ela só serve exclusivamente para perguntar ao preso se ele sofreu algum tipo de lesão ou alguma ilegalidade no momento da sua prisão. Então temos um esforço gigantesco que resulta num retorno pífio. A audiência de custódia já poderia ser o primeiro ato para montagem de um acordo penal, ao invés de acelerar ela figura apenas como algo decorativo”.

O representante do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Lindomar Antônio Ferreira, declarou que como ex-diretor do presídio semiaberto acredita ser necessário repensar na lei de execução penal: “é preciso que o preso no ambiente carcerário trabalhe obrigatoriamente e receba por esse trabalho para que quando ele sair da prisão tenha condições de restabelecer sua vida”.

O representante do curso de pós-graduação em Ciências de Segurança Pública da UEG/Saesp, capitão Reis defendeu a união de todas cooperações de segurança pública (polícia civil, militar, corpo de bombeiro, guarda municipal, etc), reafirmando que nenhuma se sobrepõe sobre a outra. Pontuou que para se ter segurança pública de qualidade é necessário a participação da academia com produção de conhecimento e publicação de artigos; compartilhamento de informações; trazer a comunidade para participar; existência do ciclo completo de polícia.

Como representante do prefeito de Goiânia, Iris Rezende, o presidente da Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, inspetor José Eulálio Vieira, colocou a guarda civil a disposição de todas as forças de segurança em prol de uma cidade mais segura.

Adriana Dias da Silva, representante do Conselho Comunitário de Segurança, afirmou que segurança deve ser pensada de forma coletiva e não individual, de forma organizada entre comunidade, polícia civil e militar, corpo de bombeiros, guarda civil.

Representando o Delegado Geral da Polícia Civil, o delegado Gustavo Ferreira acredita ser de fundamental importância de fomentar as parcerias entre as polícias. Elogiou a Escola Superior da Polícia Civil de Goiás, afirmando ser uma das melhores do país e concluiu ser imprescindível a busca pelo conhecimento para o aperfeiçoamento do trabalho.

Ibrahim Soares, diretor executivo-chefe da U.S Police Instructor Teams, relatou que ontem em sua breve visita às instalações da polícia aqui em Goiás ficou bastante orgulhoso destacando que Goiás está na frente da maioria dos estados brasileiros. Enfatizou que a academia de polícia daqui não perde em nada para nenhuma academia americana. Indicou o site da U.S Police Instructor Teams para leitura de vários artigos que discorrem sobre o sistema prisional americano.



Assim que todos os membros da mesa se pronunciaram foi passada a palavra ao presidente do Instituto Nacional de Educação Pesquisa e Instrução em Segurança Pública – INEP Brasil, Hélio Xavier da Silva (parceiro na organização do seminário) que afirmou que com o aumento da criminalidade houve a necessidade de repensar o modelo de segurança pública adotado pelo Brasil. Sendo assim, o INEP Brasil vem sugerir uma proposta de mudança desse modelo, visando os mais modernos modelos de polícia do Brasil e do exterior, noticiou Xavier.

O presidente do INEP acredita na necessidade de se repensar a forma com a segurança pública funciona hoje em dia, tanto para a segurança do cidadão quanto para a segurança do agente da polícia. Posto isso, Xavier relatou que com a ajuda dos

patrocinadores do seminário conseguiu negociar a vinda do palestrante Shane para assim compartilhar seu conhecimento e experiências com todos os presentes no seminário.



Modelo americano

A primeira palestra foi ministrada sobre o modelo policial norte-americano pelo comandante Shane S. McSheehy do Departamento de Polícia da cidade de Eustis – Flórida, dos Estados Unidos da América.

Shane, que é instrutor da S.W.A.T, começou sua palestra destacando as diferenças entre o padrão de segurança estabelecido no Brasil e o vigente nos Estados Unidos.



“Nesta palestra, não quero e não vou sugerir que um modelo de segurança é melhor que o outro, estou aqui para que possamos entender as diferenças, aprender com elas e assim fazermos uma análise da segurança pública como um todo, até porque as diferenças do Brasil

e dos Estados Unidos nessa questão, se dão apenas pela diferença dos modelos, porque na verdade, todos nós lutamos pelo mesmo desafio, garantir a segurança”, afirmou Shane.

No decorrer da palestra, o comandante apresentou a estrutura de segurança utilizada na Flórida, estado onde exerce sua profissão, além de elogiar a integração dos órgãos de segurança pública do Brasil (Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros).

Shane destacou principalmente o modelo de segurança em tempo real e expõe as diferenças de como ele é executado. “O Centro de Crime em Tempo Real é caro e eficaz em qualquer lugar, tanto o dos Estados Unidos, quanto o do Brasil. Porém, pelo que pude perceber, o sistema do Brasil é mais lento. Nos EUA, possuímos um banco de dados por exemplo, onde ao pararmos um veículo, podemos identificar prontamente se o motorista está na ilegalidade, facilitando então o processo.”



As principais colocações feitas pelo Comandante durante sua fala foram as particularidades das Leis, dos Tribunais, do sistema penitenciário e das funções dos agentes (juízes, policiais, delegados, xerifes) dos Estados Unidos em relação ao Brasil.

Modelo brasileiro

Na retomada dos trabalhos, à tarde, o assessor da Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária de Goiás, Hernany Bueno, apresentou a palestra "Integração e Cooperação para a Formação das Guardas Civas Municipais no formato técnico acadêmico".

Hernany Bueno trabalha com um grupo de articulação para a formação de policiais da Guardas Municipal, integrado pelo Prefeito, a Secretaria de Segurança Pública Municipal e a reitoria da Instituto Federal de Goiás.

Segundo ele, os candidatos que entrarem para a Guarda Municipal passam por um curso de Educação à Distância (EAD) composto por 44 disciplinas e, ao final do curso, têm de elaborar um Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

O palestrante destacou o impacto da política pública que implanta o formato técnico acadêmico na formação deste quadro de Segurança Pública Municipal: aprimoramento na prestação do serviço de Segurança Pública; prevenção primária; Polícia Municipal de proximidade; ocupação preventiva dos espaços sociais; ampliação da capacidade das forças de Segurança estaduais para atividades mais especializadas. E ainda: melhoria da percepção de ação prática dos órgãos de Segurança; e avanço da autoconfiança dos operadores de Segurança Pública municipais.

A próxima palestrante foi a pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência e da Criminalidade, da Universidade Federal de Goiás, Michele Cunha Franco, que apresentou a palestra com o tema "O Estado de Goiás e a Pacificação Social: Dilemas e Desafios". Ela é pós-doutoranda em Direitos Humanos, pela UFG, advogada e doutora em Sociologia pela UFG/PDSE University of Alberta, na Califórnia.

A pesquisadora iniciou sua apresentação comentando sobre a palestra do comandante Shane S. McSheehy. Observou que o Brasil e os Estados Unidos têm em comum o racismo e o sistema de encarceramento em massa. Para ela, o modelo americano é excelente, mas, contudo, é preciso encontrar soluções mais baratas para as forças de Segurança Pública no Brasil.

Em seguida, Michele Cunha Franco fez uma leitura explicando o teor de sua pesquisa na área, preferindo abordar as “principais feridas” da Segurança Pública no País.

De acordo com a pesquisadora, o Brasil já vive uma guerra civil com números de homicídios alarmantes e comparáveis aos do Regime de Bashar al-Assad, na Síria.

Ela abordou temas como paz positiva, enfrentamento da violência social, violência sistêmica e tráfico de drogas. Neste último caso, Michele questiona o problema da droga como o principal desencadeador de números de homicídios no Brasil.

A palestrante acredita, também, que os Direitos Humanos não são apenas para beneficiar os criminosos, mas como um direito das mães que trabalham e querem segurança para seus filhos.

Na sequência, a deputada e delegada Adriana Accorsi falou sobre os desafios das forças de segurança pública no Brasil. Para ela, o setor só vai melhorar com a valorização

dos trabalhadores da Segurança Pública, mas outros problemas também tem que ser solucionados, como a falta de investimento na estrutura física e recursos humanos.

A presidente da CSP citou exemplos como a investigação sobre abusos cometidos contra crianças da comunidade Calunga no município de Cavalcante. “Era impossível uma pessoa trabalhar e receber uma criança na delegacia da cidade”, comentou.

Outro problema que ela considera grave é a questão do déficit de policiais. “Hoje devemos ter a metade dos policiais civis que nós precisamos. Isto faz com que o policial tenha que escolher qual o crime vai ter que investigar, o que é muito grave, pois se este não for solucionado, vai se propagar, consubstancia sensação de impunidade. Apenas crimes de repercussão são solucionados. Os policiais querem investigar, mas com a quantidade de efetivo que temos isso é impossível”, enfatizou.



Em relação à Polícia Militar, Adriana considera que o déficit é extremamente grave. “Precisamos de 30 mil policiais e temos por volta de dez ou onze mil. O policial tem que trabalhar no período em que está descansando”, frisou.

Outro problema a ser enfrentado é o colapso do sistema prisional. Segundo ela, a superlotação e o déficit de agentes prisionais faz com que se torne impossível manter a ordem nos presídios. “Hoje temos um agente prisional cuidando de 400 presos”, exemplificou.

A ressocialização dos presos é, segundo ela, outra medida importante, com a necessidade de implantar um projeto específico para mulheres encarceradas. “Queremos apoiar mulheres para que elas consigam ressocializar e voltar para as suas famílias”,



ressaltou. A delegada sugeriu também a criação de penas alternativas, lembrando que prender todo mundo não vai adiantar.

A reforma da Previdência Social foi outro tema abordado no pronunciamento da deputada. Para ela, a medida vai prejudicar sensivelmente os trabalhadores e trabalhadoras da Segurança Pública. “A proposta atinge esta categoria de forma específica e grave, pois retira da Constituição o artigo que reconhece a atividade de risco e periculosidade dos trabalhadores de segurança pública na concessão de aposentadoria”, afirmou.

Adriana disse que as mulheres em geral e também as que atuam na Segurança Pública serão prejudicadas, pois perderão o direito de se aposentar mais cedo, apesar de ter uma jornada de trabalho maior, pois cuidam dos filhos e dos afazeres domésticos.

A terceirização também foi outro tema abordado. Adriana prevê que o novo sistema em tramitação no Congresso vai afetar direitos conquistados com a CLT, o serviço público e prevê o fim dos concursos públicos na área.

A parlamentar falou ainda de temas como violência contra a criança, violência doméstica, violência nas escolas e a necessidade políticas de prevenção de crimes.

Em relação às crianças, afirmou que um caso de pedofilia está demorando em média oito anos para ser julgado em Goiás, demora esta que considera muito grave. “Isto significa impunidade. Enquanto isso os abusos continuam”, disse.

Adriana lembrou que nem na escola as crianças estão mais seguras, pois professores e alunos são atacados e humilhados. “O grande caminho que a gente tem para a questão da segurança pública é a prevenção. É preciso garantir educação para todas as crianças e investir em programas de primeiro emprego”, salientou.

Integração de forças

O coordenador do Centro de Pesquisa em Segurança Pública da PUC - MG, sociólogo Luís Flávio Saporì, defendeu a integração das forças de segurança do País.

De acordo com Saporì, o crime se constitui hoje no Brasil um grande obstáculo às instituições democráticas, afetando a qualidade da Saúde e a qualidade da Educação. “Não é mais a pobreza e a miséria que provocam a violência urbana no Brasil. Pelo contrário, a violência contribui para o aumento da miséria”, salientou.

O sociólogo defende a criação de um sistema único de Segurança no País, nos mesmos moldes dos sistemas de saúde e de previdência social, com distribuição de recursos pela União para Estados e Municípios para sua manutenção.



Para ele, esta integração vai ocorrer com a superação de dois graves problemas no plano constitucional. O primeiro deles é o reconhecimento na Constituição das guardas municipais como forças que atuam no município, podendo atuar também no patrulhamento ostensivo e preventivo, assim como já faz a Polícia Militar. “As polícias militares resistem ao empoderamento das guardas militares pelo receio de perder o monopólio de fazer a segurança nas ruas. Mas o Brasil não pode mais abrir mão das guardas municipais. Elas são fundamentais num quadro de aumento crescente de violência. A população gosta de ver a guarda na rua”, assinalou.

Outro ponto importante que ele destacou é que não dá mais para manter duas polícias, uma investigativa e uma ostensiva nas ruas. Segundo Flávio, com esta divisão, a disposição de colaboração diminui. “As polícias foram divididas por uma conveniência da ditadura militar. Este modelo está sendo testado há 40 anos”, disse.

O palestrante também evidenciou a necessidade de se chamar a sociedade civil para colaborar com esse processo de integração das forças de segurança por meio de conselhos comunitários de Segurança Pública. “É fundamental que a sociedade seja chamada a colaborar com o setor. Não há como mais postergar durante muito tempo isto”, enfatizou.

Debate

Com o fim das palestras, foi aberto um debate com a Mesa formada pela presidente da Comissão deputada Delegada Adriana Accorsi; o assessor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás, Hermany Bueno; e a pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência e da Criminalidade, da UFG, Michele Cunha Franco.

A presidenta da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, finalizou agradecendo a presença de todos e o seminário finalizou às 17:30.

3.03 Seminário – Tema: Disseminação das Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Rua

No dia 26 de abril de 2017, no Auditório da OAB-GO, a presidente da Comissão de Segurança Pública Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi participou do Seminário Estadual com o tema “**Disseminação das Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Rua**”.



Promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (Conanda/Cnas). O evento contou com a participação, além da presidente da CSP, gestores públicos, organizações da sociedade civil,

Ministério Público, conselheiros tutelares, técnicos dos programas, projetos e serviços e pesquisadores. O seminário teve como objetivo disseminar o novo conceito, as normas sobre o atendimento especializado no acolhimento, as orientações para educadores sociais e a discussão sobre a criação do Centro de Referência Especializado para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e a Nota Técnica de atenção integral às mulheres grávidas ou com filhos recém-nascidos.

A secretária Cidadã, Lêda Borges, falou sobre a importância de políticas públicas voltadas para População em Situação de Rua. “O público que vive em situação de rua é extremamente vulnerável e sofre todo tipo de negligência e violência, portanto, o atendimento a eles deve ser prioritário. O Estado de Goiás está na vanguarda em relação aos demais, sendo o segundo a ter políticas específicas voltadas para este público. O governador Marconi Perillo determinou a criação do comitê para pessoas em situação de rua, que já está com decreto pronto para ser publicado”, reforçou.



O Brasil adota novas diretrizes para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Essas ações são resultado de uma mobilização de organizações sociais integrantes da Rede Nacional Criança Não é de Rua que gerou o Grupo de Trabalho Criança e Adolescente em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com a participação de vários ministérios.

3.04 Audiência Pública – Tema: As Forças de Segurança Pública e o Direito à Manifestação

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidenta Deputada Delegada Adriana Accorsi, realizou a Audiência Pública que discutiu a atuação das forças de segurança pública e o direito às manifestações. O evento aconteceu no Auditório Solon Amaral desta casa de leis, às 14 horas do dia 08 de maio de 2017.



A mesa diretiva da audiência foi composta, além da presidenta da Comissão Deputada Delegada Adriana Accorsi, pelo secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, Ricardo Balestreri; pela vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, Deputada Federal Érika Kokay; promotora de Justiça Patrícia Otoni Pereira, representando o Procurador-Geral de Justiça, Benedito Torres; presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Leandro Pereira; presidenta da Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil (CTB), representando o Fórum Goiano das Centrais Sindicais, Ailma Maria de Oliveira; e o Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência da Universidade Federal de Goiás (NECRIVI), Professor Dr. Dijaci de Oliveira.

Em seu discurso de abertura do evento, a presidenta da CSP, Deputada Delegada Adriana Accorsi, manifestou preocupação com as manifestações populares de que possam ocorrer fatos como o do estudante da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mateus Ferreira da Silva, que foi agredido por um policial durante manifestação em Goiânia no dia 28 de abril de 2017 e que encontra-se internado em estado grave no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

A deputada relatou que na sexta-feira, dia 05/05/17, esteve no hospital juntamente com a deputa federal Érika Kokay, conversou com o Dr. Alexandre Amaral, responsável pelo tratamento de terapia intensiva do HUGO, que relatou o quadro de saúde de Mateus e os procedimentos adotados até o momento. No mesmo dia estiveram reunidas em audiência com o Procurador Geral de Justiça do Estado Dr. Benedito Torres e com o Secretário de Segurança Pública do Estado Dr. Ricardo Balestreri para discutir sobre o andamento do processo ocorrido no dia 28 de abril do presente ano e novas medidas para que tal fato não se repita no estado de Goiás.

“Estas manifestações irão continuar e se tornarão cada vez maiores. Lutar é um direito e não um crime. E queremos lutar pelos nossos direitos, sem medo e sem violência. É preciso políticas públicas de capacitação e sensibilização dos policiais para que eles compreendam este momento que o país está passando. Precisamos construir um caminho para o diálogo entre manifestantes e as forças de segurança”, salientou a deputada.

Em seguida, estabeleceu-se um tempo para que os componentes da mesa pudessem expressar sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com o secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ricardo Brisola Balestreri, que fez uma explanação sobre a democracia brasileira: “uma democracia imperfeita, que ainda está sendo construída, com cultura ainda oriunda da época da ditadura e que precisamos lutar para que isso seja superado”. Afirmou que a democracia só pode ser implantada com o direito ao contraditório e que por isso existem vários segmentos que zelam pela sua existência, tal como o Ministério Público, para que assim seja construído um país que além de democrático por direito seja democrático de fato.

Para o secretário, no Brasil há uma grande parcela da população que acredita que a segurança pública trabalha na base do enfrentamento, paradigma herdado da época ditatorial, sendo que segurança pública é antes de tudo preventiva, para cuidar dos direitos de todos e particularmente dos direitos dos mais pobres e humildes. No Brasil, segundo Balestreri,

temos o convívio dos dois paradigmas: nichos de qualidade policial que são militantes da democracia e nichos que tem a visão ideológica do embate contra o “inimigo interno”, que é uma figura inexistente, se tiver que escolher um inimigo interno será escolhido as pessoas mais pobres e desfavorecidas. Essa ideologia do inimigo interno deve ser dizimada porque os nossos policiais precisam ser operadores da cultura da democracia.



Ricardo Balestreri defendeu uma ideologia única, tanto para a Polícia Civil quanto a Militar, uma ideologia civil, de força defensiva, que está autorizada a usar força desde que em casos incontornáveis, inevitáveis e desde que a força seja usada como preconiza a ONU (Organização das Nações Unidas), nos princípios da progressão racional e proporcional da força.

O secretário ressaltou que as manifestações populares devem ser **protegidas** pela polícia, sendo categórico ao dizer que a polícia vai às manifestações para proteger os manifestantes, não para atacar, dispersar ou constranger. Constatou que isso ocorre em 95% dos casos. Explicou que quando se tem um desvio de conduta de pequenos grupos, tais como depredação do patrimônio público e privado ou de atentado contra os direitos dos manifestantes, a polícia deve usar força técnica e racional, ou seja, imobilizar e conduzir esse pequeno grupo para autoridade competente.

Em seguida, Balestreri pontuou o caso do estudante Mateus Ferreira da Silva, que foi agredido por um policial militar durante uma manifestação em Goiânia no dia 28 de abril,

noticiou que o caso foi encaminhado para a Polícia Militar e, por uma indicação do Ministério Público, foi encaminhado também para a Polícia Civil investigar. Narrou que posteriormente, houve outro pedido do Ministério Público para que se instaurasse os procedimentos relacionados a investigação de possível tentativa de homicídio e que no momento, está aguardando a posição do Delegado Geral da Polícia. Também se manifestou em defesa dos bons policiais que acompanharam a manifestação e que agiram de forma impecável, dentro da boa técnica e da legalidade.

Balestreri revelou seu desejo pela existência de uma polícia que seja temida pelos bandidos e amada pela população, contanto que esse temor seja feito dentro da legalidade e moralidade. Noticiou que segundo Luiz Eduardo Soares (especialista em Segurança Pública no Brasil), 98% das ações da polícia realizadas no Brasil são preventivas e educativas e apenas 2% são repressivas.

Segundo o secretário, existe no estado de Goiás uma cultura muito forte numa parte da população em enaltecer a brutalidade e a violência policial para resolver a criminalidade. Constatou a necessidade em se fazer um trabalho de educação com os policiais e com o cidadão. Ressaltou ainda, que o policial é um defensor e promotor de direitos humanos em seu papel de agente de segurança pública.

Entre as ações que o Governo do Estado está tomando para melhorar a atuação dos policiais, o secretário destacou:

- **Aquisição de novos equipamentos e armas não letais**, com o intuito de abastecer os policiais de recursos para o uso progressivo da força, preconizado pela ONU – a Polícia Militar se comprometeu, segundo Balestreri, a entregar **na data de hoje (08/05)** um levantamento de suas necessidades.
- **Retomar o código de ética da Polícia Militar**, que está há 10 anos entre elaboração e arquivamento, para reforçar os direitos dos policiais. É necessário remover os regulamentos disciplinares, herdados da ditadura, que não reconhece os direitos dos policiais, com cláusulas absurdas, desde a punições por inadimplência de compras a banalizações por prisões administrativas. “Eles também tem seus direitos violados. É difícil pedir alguém para respeitar o direito do outro, quando o deles próprios é desrespeitado”, salientou. O secretário se comprometeu que num período de



um mês irá apresentá-lo à Assembleia Legislativa e solicitou nesse momento a ajuda da deputada Delegada Adriana Accorsi para a concretização.

- **Introduzir programa de formação de direitos humanos e cidadania policial**, que começará brevemente e será o mesmo sistema usado na Secretaria Nacional de Segurança Pública aonde será feito um trabalho com lideranças de forças multiplicadoras (entre 750 e 1000 policiais) dentro das corporações.
- **Criar nos batalhões um núcleo de expertise em atuação de mediação de conflitos civis e presença de multidão**, devido a inexperiência da maioria dos policiais nesse assunto. Cada núcleo terá habilidade e função de multiplicar para que todos tenham essa formação.
- **Fazer capacitação para o uso da força policial seguindo padrão ONU** – aonde inclusive, um dos formadores será um profissional que já foi líder do BOPE do Rio de Janeiro e antropólogo pela Universidade Federal Fluminense.
- **Normatização da inteligência policial tanto para Polícia Militar quanto para a Civil**, com o intuito de abastecê-la de informações para a sua atuação, para que com o conhecimento dos dados a operação seja feita de maneira mais técnica e precisa.

Assim o secretário de Segurança Pública, concluiu sua fala, ressaltando que todas essas medidas são para valorizar a Polícia Civil e Militar do estado de Goiás. Registrou a necessidade em se ausentar da audiência naquele momento e indicou como seu representante seu assessor especial, o delegado de polícia Dr. Eraldo Augusco.

O Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Leandro Pereira considerou que o caso do estudante Mateus não foi o único. Revelou que durante a manifestação houve outros casos de violência contra manifestantes e que na corporação é comum este tipo de prática. E que em Goiás, um estado ruralista, existem casos de perseguição.

O mesmo ainda divulgou sobre o quadro de saúde do estudante Mateus que encontra-se estável, mas ainda há uma série de problemas e cirurgias a serem feitas. Também externou a preocupação e o medo com as próximas manifestações e pediu proteção a todos os envolvidos no caso Mateus. “Não se trata apenas de agressão, mas de perseguição”, completou.



A Deputada Adriana Accorsi solicitou ao Dr. Eraldo, levar ao secretário de Segurança Pública essa reivindicação de proteção para Mateus e seus amigos envolvidos no caso. E se comprometeu também a elaborar um pedido oficial nesse sentido.

Em seguida, a Promotora de Justiça Patrícia Otoni Pereira esclareceu que as ações citadas pelo secretário de Segurança Pública foram solicitações apontadas pelo Ministério Público. Também salientou, outro caso de violência policial ocorrido no estado recentemente, caso Robertinho, em que o Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público denunciou como crime de abuso de autoridade e homicídio triplamente qualificado.

Sobre o caso Mateus explicou que o Ministério Público, antes mesmo de ter sido acionado, expediu requisição de instauração de inquérito judicial, pois pela gravidade não poderia ficar apenas na esfera administrativa. O MP exigiu abertura de inquérito e investigação por parte da Polícia Civil, pois houve a necessidade de uma verificação mais rigorosa, sendo que houve um crime doloso contra a vida.

A promotora esclareceu ainda, que não está havendo um posicionamento em pré-julgar o policial, mas sim uma exigência de investigação para apurar os fatos. E o papel que o Ministério Público está desempenhando é de intermediação entre os policiais e os movimentos sociais e estudantis. “Criar espaço de diálogo é essencial para apurar as dificuldades das policias e dos estudantes”, complementou.

Patrícia também alertou aos estudantes que nesse cenário de conflito, não entrem em embates com os policiais, pois eles estão ali para protegê-los. E concluiu informando que o MP tem cobrado da Secretaria de Segurança Pública medidas mais preventivas para que não ocorram mais casos de violências em outras manifestações.

Ailma Maria de Oliveira, presidenta do CTB/GO, representante do Fórum Goiano das Centrais Sindicais, indagou que foram vários agredidos na manifestação, não só estudantes, mas também trabalhadores. E que não se pode silenciar as pessoas com essa retomada da ditadura no estado. Também demonstrou sua indignação com aqueles que defendem a violência policial contra os manifestantes.

“O enfrentamento e a propagação da violência tem deseducado a população. Precisa que esses policiais sejam punidos e que sirvam de exemplos para não acontecer novas agressões.” Concluiu ser fundamental valorizar a educação e responsabilizar os agentes que cometem violência. E finalizou que, além dessa audiência pública, serão necessárias outras medidas para o combate e prevenção da violência.

Durante participação na audiência pública, o Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência da Universidade Federal de Goiás, professor Dijaci de Oliveira, criticou que a violência é muito forte no estado de Goiás e defendeu mecanismos mais eficientes de controle externo da polícia. “Nós temos um modelo de polícia militar e metropolitana com o mesmo padrão de ação e abordagem. Precisamos questionar todos os modelos e construir uma estrutura que realmente garanta segurança. Porque ao invés de produzir mais segurança estão produzindo violência”, comentou.

O mesmo pediu apoio ao Ministério Público para fortalecer o mecanismo de controle externo da polícia, para que se tenha uma forma mais atuante nesta demanda, com intuito de coibir esse tipo de ocorrência. Também criticou ação do policial que agrediu o estudante Mateus e os gestores de segurança no caso de Robertinho, que ao contrário de produzir segurança estão produzindo violência. Ao seu entendimento esses fatos expressam uma realidade no estado de que a população não tem nenhuma garantia de segurança.

Dijaci ainda afirmou que o modelo de segurança no estado não tem dado respostas na diminuição nos dados de violência e destoa com as restantes unidades da federação. “Tem que mudar o modelo de organização das polícias, pois tem permitido que surja mais violência do que coibir a existente”, disse.

A Deputada Estadual Isaura Lemos (PCdoB-GO) também participou da audiência. A parlamentar fez uso da palavra para manifestar apoio ao evento e destacou o papel da

Assembleia na defesa dos direitos da população goiana. “Esta Casa tem que repercutir as demandas da sociedade. A violência atinge muito mais os movimentos sociais que estão justamente lutando contra as injustiças. Está sendo implantando um verdadeiro estado de exceção no nosso País”, afirmou.

Isaura atribuiu como uma das causas da violência a falta de efetivo policial para atender os seis milhões de habitantes do Estado e defendeu uma maior capacitação das forças policiais. “A polícia trata os cidadãos como inimigos. De fato, novos eventos virão. Será que continuarão as ações contra os manifestantes? Nesta última, onde o estudante Mateus foi agredido, eu estava com meu neto de um ano e a deputada Adriana estava com sua filha. Os gestores tem que fazer um trabalho de prevenção. Nós vamos lutar e reagir a cada momento em que nossos direitos forem ameaçados”, enfatizou.

A deputada federal Érika Kokay (PT-DF), na posição de vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, afirmou que a Audiência Pública trata da discussão da manutenção dos espaços de exercício da liberdade e que o estudante Mateus sofreu uma agressão à liberdade. Ela destacou que 60 mil pessoas, a maioria jovens e negros, são assassinados por ano no país, o que representa, para ela, um profundo processo de desumanização. Realçou que o que acontece no estado de Goiás é a possibilidade da construção de novos espaços para que nos façamos humanos. “São as celas das cadeias e as covas a parte do latifúndio que cabe a esta população. Estamos falando do cerceamento de um jovem que poderia ter vindo a óbito, porque estava se manifestando em praça pública. E que foi vítima da reação das forças policiais na tentativa de calar a voz, na luta pela manutenção dos direitos que foram conquistados a duras penas. Estamos em um país aonde a tortura está sendo permitida e passando por um processo de ameaça muito intensa dos direitos”, disse.

A deputada federal confirmou apoiar todas as medidas propostas pelo secretário de Segurança Pública, porém questionou sobre a impunidade que reina no país, levando a população a desacreditar no Estado Democrático de Direito. Como exemplo, ilustrou a possibilidade do crime cometido contra o estudante Mateus ser tipificado como abuso de autoridade, o que ela acredita ser absolvição sumária e inadmissível. Informou que esteve na sexta-feira passada junto com a deputada Adriana Accorsi no Ministério Público e que a posição deste órgão é de também não concordar com a qualificação de abuso de autoridade e sim de tentativa de homicídio.

Érika refletiu sobre a sociedade atual que aplaude o homicídio, citando o caso Robertinho², e apoia o fundamentalismo punitivo a qualquer preço. A deputada defendeu a importância da criação de um plano de enfrentamento a violência e da construção de uma educação em direitos e uma cultura de paz, envolvendo a escola, as políticas de assistência, a política de cultura, aonde o racismo, o sexismo e a homofobia estão arraigados. “O problema da violência não se resolve só com a segurança pública, se resolve com uma série de políticas”, apontou a deputada.



Érika Kokay noticiou uma sugestão que partiu do Ministério Público, do dia de sua visita com a deputada Delegada Adriana Accorsi, da necessidade de uma discussão entre os movimentos sociais e os policiais, para que o segmento dos policiais que provoca esse nível de violência ouça o outro. E da necessidade de elaboração de um protocolo e fluxos para as manifestações com os movimentos sociais pautado nos princípios da Constituição Federal que prioriza a dignidade humana, haja visto que ainda ocorrerão muitas manifestações.

Por fim a deputada federal, se comprometeu, em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, a levar o caso Mateus para o Ministério Público na

² Assassinato do estudante Roberto Campos da Silva, conhecido como Robertinho, de 16 anos, ocorrido em 16/04/17, quando policiais do serviço reservado da Polícia Militar invadiram sua casa, no Residencial Vale do Araguaia, região leste de Goiânia, sob alegação de investigar posse ilegal de arma de fogo.

Procuradoria de Defesa de Direitos do Cidadão para que possam acompanhar também todo o processo.

Abertos os debates aos participantes, tomou a palavra Ieda Leal vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT/GO), dizendo que a polícia de Goiás é violenta e precisa desenvolver métodos para coibir essas ações. E que a polícia e o Ministério Público precisam ouvir mais a população e a educação precisa ser priorizada. Também revelou que estava presente com sua família na manifestação e ainda divulgou alguns dados de violência no país contra negros, pobres e mulheres.



O Sargento do Corpo de Bombeiros, Uilliam, disse que já fez parte da polícia militar e manifestou que não está participando da audiência para condenar ou justificar se houve erro ou não. Ponderou que o que vivemos hoje é sintomático pela falência do sistema, ressaltando que muitas vezes as falhas acontecem pela falta de estrutura, equipamentos, treinamentos e até mesmo trabalho escravo dentro da própria polícia.

Complementou dizendo que os questionamentos a respeito de direitos da população, das falhas das polícias, assim como a ausência de diálogo com os movimentos sociais levantadas durante a audiência, é culpa de um sistema que gera um cenário de divisão e reflete numa visão da sociedade de que direitos humanos é apenas para alguns. Afirmou que o trabalhador da segurança pública também clama por direitos humanos, pois são cidadãos.

E mais uma vez esclareceu que não está ali para justificar o comportamento do colega da corporação, mas sim para expor o lado dos agentes da segurança pública.

Reclamou ainda das represálias que os militares sofrem dentro da corporação, por as vezes serem penalizados por motivos fúteis e sofrerem muita pressão interna. “Essa realidade tem que mudar, mas ela nunca acontecerá de dentro para fora. Tem de haver uma mudança externa”, refletiu.



Uilliam lembrou que o código de ética citado pelo secretário de Segurança Pública, já havia sido elaborado e assinado pelo próprio secretário enquanto esteve frente à Secretaria Nacional de Segurança Pública, sendo preciso só implantá-lo.

Também participou do debate a Coordenadora do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, Ângela Recid. Criticou que o estado de Goiás criminaliza a luta popular, os movimentos sociais e dentro da cultura do medo com a prática autoritária e violenta tentam silenciar as vítimas. Noticiou que várias pessoas foram agredidas na manifestação e foram silenciadas por medo de represálias.

Para Ângela, há uma prática de abordagem violenta nas manifestações, até mesmo por parte da Guarda Civil Metropolitana, e esse tipo de conduta é recorrente. Portanto é preciso que em todos os casos de violência policial e abuso de autoridade envolvendo a luta

popular, movimentos sociais e manifestações haja justiça e que sirva de exemplo com punições para que não mais aconteça. “Temos que defender a liberdade de livre manifestação”, concluiu.

O representante da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Goiás, ex-policia e advogado Fabiano Lima Dias, participou do evento revelando que há uma violência institucionalizada e que a polícia precisa ser reestruturada desde sua base.

Fabiano ressaltou que a polícia também é violada e cerceiam sua liberdade por meio de decretos punitivos, que não lhe é dado o mínimo de dignidade. “O policial pode ser preso por um simples motivo da farda estar amarrotada”, argumentou.

Pronunciando em nome da OAB, disse que esta vai participar ativamente dos debates acerca do assunto com intuito de contribuir para o avanço desta discussão.

Por fim da audiência o último a usar a palavra foi Jamil Matar representante da presidenta da Comissão de Direito Criminal e Políticas Públicas da OAB/GO, Mônica Araújo de Moura. Jamil relatou que estão realizando um trabalho de conscientização com os jovens e estudantes que “violência gera violência”. Nesse tema surgem as questões culturais, mas vai além, esse tipo de violência ainda perdura no país por conta da impunidade e corporativismo. “Se um comandante pratica um ato violento, conseqüentemente o seu subordinado praticará o mesmo” explicou. A partir do momento em que são punidos por seus erros, os demais não repetirão.

A presidenta da CSP, Deputada Delegada Adriana Accorsi, finalizou agradecendo a presença de todos e informou que desta audiência pública obteve uma série de ações que foram propostas pelos participantes e se comprometeu em nome da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa em cumprir essas ações em parceria com as instituições e a sociedade civil. Concluiu ainda, que o que aconteceu com Mateus seja transformador para que o Estado seja mais seguro para se manifestar, com policiais mais preparados e capacitados.

3.05 Reunião Pública – Tema: Os Caminhos para uma Comunidade Mais Segura (Região Noroeste de Goiânia – Vila Mutirão)

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidenta deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou a Reunião Pública que discutiu os caminhos de uma comunidade mais segura junto com moradores, estudantes, autoridades, militares, organizações populares, comerciantes e sociedade civil da região Noroeste da Capital. O evento aconteceu no Colégio Estadual Edmundo Rocha na Vila Mutirão, às 19 horas do dia 05 de junho de 2017.



Nessa reunião, na Vila Mutirão, compuseram a mesa dos trabalhos, sob a presidência da deputada, as seguintes pessoas: capitão Rodney Shimabuku, subcomandante do 13º Batalhão da Polícia Militar; Sérgio de Souza Arraes, delegado da 22ª Delegacia de Polícia Civil; delegado Eduardo Prado, vereador em Goiânia pelo PV; promotor de justiça Paulo Penna, representante do Ministério Público; Cláudio Pereira de Carvalho, comandante da 6ª. Regional da Guarda Civil Metropolitana; professor Geraldo Alves, diretor do Colégio Edmundo Rocha; delegada Cássia Sertão, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM-Região Noroeste); conselheiro tutelar Ismael Carvalho; Anorma Avelar,

conselheira do Conseg do Conjunto Primavera; e o conselheiro estadual de saúde Raimundo Lino, representando a comunidade.

A abertura foi feita pela deputada Delegada Adriana Accorsi, que passou a palavra para o diretor do Colégio Estadual Edmundo Rocha (CEER), Prof. Geraldo, que realizou breve saudação. Posteriormente, houve a orientação de que inicialmente falariam as pessoas da comunidade que compareceram na reunião, deixando as autoridades e os membros da mesa para o final.



Depois de ouvir atentamente os relatos de roubos, assaltos, ruas sem iluminação, tráfico de drogas, arrombamentos de comércios e falta de policiamento, a deputada se comprometeu de entregar o relatório ao secretário de Segurança Pública e fazer gestões com ele para que as reivindicações mais urgentes, como reforçar o policiamento na região, sejam atendidas de pronto.

Com mais de 100 pessoas presentes, a reunião serviu para que a deputada tomasse conhecimento da situação na área da segurança pública na Vila Mutirão, Jardim Primavera e outros bairros da região Noroeste da Capital representados no encontro. Como por exemplo, da necessidade de triplicar o efetivo da Polícia Militar na região, que já conta com 350 mil habitantes. “Estamos imbuídos do firme propósito de trabalhar com determinação

no sentido de contribuir para que a comunidade se sinta mais segura não apenas na Capital, mas, também, no interior do Estado”, informou a parlamentar.

A deputada se comprometeu de levar não só a solicitação da criação de mais vagas para conselheiro tutelar na região como também da construção da sede. Segundo relato do conselheiro tutelar Ismael, cinco conselheiros tutelares não conseguem atender a demanda, haja visto, que a região está chegando a 400.000 habitantes.

Logo após os relatos da população, a palavra foi compartilhada pelos membros da mesa, visando atender e/ou se posicionar sobre as manifestações da reunião.

O primeiro a pronunciar foi o promotor de justiça Paulo Penna que elogiou a participação da comunidade na reunião pública, tanto nos apontamentos dos problemas quanto nas sugestões de solução. Lamentou a falta de uma atuação regional do Ministério Público que é segmentado por áreas temáticas: “se fosse dividido por regiões teríamos uma proximidade maior com a população”, frisou o promotor.

O delegado Sérgio de Souza Arraes, da 22ª Delegacia de Polícia Civil, declarou que está há dois anos nesta delegacia com uma equipe reduzida de apenas quatro agentes de polícia e com uma alta carga de trabalho, aonde é necessário fazer hora extra e que não recebem por isso.

O comandante da 6ª. Regional da Guarda Civil Metropolitana, Cláudio Pereira de Carvalho informou que há uma base da GCM no CRAS do Jardim Curitiba e que fazem patrulhamento nas escolas municipais em período integral. Relatou que possuem programas de prevenção, tais como o “Anjo da Guarda” e o “Guarda Mirim”, com intuito de resgatar crianças em situação vulnerável. Também lamentou a limitação de efetivos da GCM.

Logo após, a delegada Cássia Sertão, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM-Região Noroeste), revelou que a existência da delegacia em que é titular foi fruto de reivindicação da comunidade da região Noroeste e reforçou a necessidade da participação da população para lutar por melhorias, pois eles são “instrumentos de transformação”. Também queixou-se da estrutura física da DEAM, da equipe reduzida, da falta de psicólogos e assistentes sociais.

O subcomandante do 13º Batalhão da Polícia Militar, capitão Rodney Shimabuku informou que em uma ano perderam 25% do efetivo da polícia militar da região. O capitão acredita que se existissem leis rígidas, que pudessem manter os bandidos nas cadeias e uma política de ressocialização nos presídios, grande parte dos problemas de segurança pública seriam resolvidos, pois a maioria dos bandidos são reincidentes, segundo Rodney.

O capitão disse que apesar das dificuldades, todas as pessoas que procuram o 13º Batalhão da Polícia Militar são atendidas e que a incidência de crimes na região diminuiu, porém, infelizmente, o efetivo é pequeno para solucionar os problemas. “Nosso policiamento hoje é muito mais repressivo que preventivo, por não termos efetivos suficientes para trabalhar”, lamentou o subcomandante.

O delegado Eduardo Prado, vereador de Goiânia, ressaltou a importância da integração das polícias, assim como investimentos na educação e transformação no sistema prisional. Indignado com toda a corrupção que existe na política, reforçou que é fundamental que a população saiba votar e não seja corrompida com compra de voto.



O diretor do Colégio Edmundo Rocha, professor Geraldo Alves, enfatizou a importância dos projetos sociais, revelando ser ele próprio um fruto de projeto social. “Nesses projetos é onde fortalecemos nossos jovens e crianças que não tem acesso à educação e que não têm uma família fortalecida”. Questionou o que aconteceu com o Projeto Cidadão 2000, que segundo o professor, foi um projeto que revolucionou a região Noroeste.

O professor relatou que no ano passado foram assaltados sete alunos em frente à escola na praça sem iluminação, junto a um posto de saúde também abandonado. Constatou que a única saída é investir na área social e na educação. Sugeriu uma nova reunião no final do ano para verificação do que se conseguiu ou não melhorar.

A presidente da Comissão, deputada Delegada Adriana Accorsi, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos, principalmente dos estudantes pela coragem de falar.

Enfatizou que acredita na juventude e que com ela teremos um país melhor. E comunicou que levará para as autoridades correspondentes todas as reivindicações. A reunião pública encerrou às 21:50h.

3.06 Seminário – Tema: Responsabilização de Violências Sexuais

No dia 29 de maio de 2017, a presidente da CSP participou do Seminário “**Responsabilização do (a) autor (a) de violências sexuais - ação que assegura a atenção integral à vítimas**”, no auditório da academia da Polícia Militar do Estado de Goiás.

O evento foi promovido pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Goiânia, por meio da Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência, e o Núcleo de Vigilância as Violências e Promoção da Saúde. A ação teve como objetivo informar e contribuir com a humanização dos atendimentos prestados dentro do sistema de Segurança Pública e do Judiciário, além de democratizar as práticas que potencializem o processo de responsabilização dos autores de violência sexual. O evento é alusivo ao 18 de maio, definido como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança.

De acordo com a psicóloga do Núcleo de Combate a Violências da SMS, Cida Alves, a iniciativa procura sensibilizar a população sobre a importância de se denunciar os abusos. “A ação também visa alertar que o papel do adulto é proteger as crianças e não responsabilizá-las pelas violências”, disse.

Em 2016, foram notificados em todas as faixas etárias um total de 2.236 casos de violências nos serviços de saúde de Goiânia. Deste total, 23% das violências foram cometidas contra crianças menores de 12 anos (508 casos) e 26% contra adolescentes (de 13 a 18 anos – 587 casos). Estas violências notificadas pelas unidades de saúde foram de várias naturezas, como a física, sexual, psicológica, negligência/abandono, trabalho infantil, dentre outras. O principal local de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes é a própria residência (68% dos casos notificados nos serviços de saúde). “As denúncias podem ser realizadas através do Disque 100, diretamente nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) ou, ainda, nos Conselhos Tutelares, Ministério Público ou Delegacia de Proteção de Crianças e Adolescentes (DPCA)”, explica Cida Alves.

O evento conta com o apoio de diversas entidades, como o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-

GO), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes, Mulheres e Idosos em Situação de Violência de Goiânia, Fórum Goiano de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-GO), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescentes de Goiás, Conselho Municipal de Direitos de Criança e Adolescente de Goiânia, Conselho Tutelar, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SSPAP).

3.07 Reunião Pública – Tema: Os Caminhos para uma Comunidade Mais Segura (Região Oeste de Goiânia - Faïçalville I)

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidenta deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou a Reunião Pública que discutiu os caminhos de uma comunidade mais segura junto com moradores, estudantes, autoridades, militares, organizações populares, comerciantes e sociedade civil da região oeste da capital. O evento aconteceu no dia 21 de junho de 2017, às 19:00 horas, no espaço do Eldorado Lanches e Sanduicheria (Alameda Ismerino Soares de Carvalho, Qd. 120, Praça do Faïçalville I – Setor Faïçalville I – Goiânia-GO).



A reunião contou com a presença da comunidade local, que expressaram suas preocupações com o alto índice de crimes na região, principalmente na praça em que foi

realizada a reunião. Ali, segundo moradores, serve de esconderijo para assaltantes e usuários de drogas.



Os delitos têm assustado os moradores diuturnamente, segundo a comerciante Maria Paixão, que diz que, com frequência, precisa acolher em seu comércio pessoas que foram vítimas de assalto. Destacou que os estabelecimentos têm ficado reféns dos bandidos. “É preciso ter uma ação em parceria com a polícia e comunidade, para que juntos possamos fazer alguma coisa”, disse a moradora.

O representante da Guarda Civil Metropolitana, comandante Ariel, acrescentou que é fundamental o trabalho dos policiais e da Guarda Metropolitana. “A Guarda Civil, quando tem demanda, tem intensificado o trabalho e o Setor Façalville não é diferente”, afirmou.

Segundo a presidente da Comissão, todas as solicitações e sugestões serão encaminhadas para não só para a Secretaria de Segurança Pública e à Prefeitura de Goiânia, mas também para todas as autoridades competentes para que possam de alguma forma contribuir para a segurança da região. “É uma providência que vamos pedir para a prefeitura de Goiânia, mas também que seja dado uma destinação para este local abandonado, uma vez que é a maior reclamação da comunidade”, apontou Adriana.

Todas as solicitações e sugestões foram transformadas em projetos de lei, requerimentos ou ofícios e encaminhados às autoridades competentes.

3.08 Reunião Pública – Tema: Os Caminhos para uma Comunidade Mais Segura (Região Oeste de Goiânia - Jardim Cerrado VII)

Na noite da segunda-feira do dia 03 de julho de 2017, no bairro Jardim do Cerrado VII que fica na região oeste de Goiânia a Comissão de Segurança Pública realizou mais uma Reunião Pública, com o objetivo de encontrar “**Caminhos Para Uma Comunidade Mais Segura**”.



A população marcou presença e participou ativamente relatando suas preocupações com o alto índice de criminalidade na região, todas as reivindicações foram anotadas e devidamente formalizadas por meio de formulários de encaminhamentos, sendo partir daí encaminhados aos Órgãos competentes.

Também participaram do evento os representantes da Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana, Corpo de Bombeiros, Consegs e Associação de Moradores que contribuíram para o bom desenvolvimento da reunião.



3.09 Reunião Pública - Região Noroeste no Setor Jardim Novo Mundo

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidenta deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou a Reunião Pública que discutiu os caminhos de uma comunidade mais segura junto com moradores, estudantes, autoridades, militares, líderes comunitários, comerciantes e sociedade civil da região Noroeste da Capital. O evento aconteceu no Salão da Paróquia Bom Jesus do setor Jardim Novo Mundo, às 19 horas do dia 1º. de setembro de 2017.



Na reunião compuseram a mesa dos trabalhos, sob a presidência da deputada: Padre Alexandre, Pároco da Paróquia Bom Jesus; Rosângela Maria do Carmo, Diretora da Escola Joaquim Edson de Camargo; Altamiro José Alves Moreira, Representante da Associação Promocional Social da Paróquia Bom Jesus do Jardim Novo Mundo; Capitão Soares, subcomandante do 30º Batalhão da Polícia Militar de Goiás; Reginaldo Gomes, representante da 19ª e presidente do Conseg do Jardim Novo Mundo; Alcino José, Representando os Comerciantes; e a população da região.

A abertura foi feita pela presidente da Comissão deputada estadual Delegada Adriana Accorsi. Adiante passou a palavra para o pároco da Igreja Bom Jesus, Padre Alexandre que frisou que a igreja também é lugar de debater segurança pública, afinal este é o maior problema dos cidadãos atualmente. Posteriormente, houve a orientação de que

inicialmente falariam as pessoas da comunidade que compareceram na reunião, deixando as autoridades e os membros da mesa para o final.



Entre os vários relatos da população, houve o da Senhora Alcilene, moradora do Jardim Novo Mundo e vendedora ambulante, em um depoimento emocionado, relatou que vê diariamente crianças e adolescentes sendo aliciadas para o mundo das drogas, sendo usadas como “aviõezinhos”.

Depois de ouvir atentamente os relatos de roubos, assaltos, ruas sem iluminação, tráfico de drogas, necessidade de poda nas árvores e falta de policiamento, a deputada se comprometeu de encaminhar as reivindicações para as autoridades competentes e priorizar as reivindicações mais urgentes, como a poda das árvores e a falta de iluminação, para que sejam atendidas de pronto.



A reunião serviu para que a Comissão de Segurança Pública tomasse conhecimento da situação na área da segurança pública no Jardim Novo Mundo e outros bairros desta região da Capital representados no encontro. Como por exemplo, a necessidade de triplicar o efetivo da Polícia Militar na região, haja vista que a região conta com aproximadamente 170 mil habitantes. Segundo o Capitão Soares, subcomandante do 30º Batalhão da Polícia Militar, a maioria dos efetivos estão fazendo hora extra, acarretando uma sobrecarga de trabalho e assim alguns até mesmo adoecem – “estatisticamente vivemos 10 anos a menos”, frisou o Capitão.



O representante da Associação Promocional Social da Paróquia Bom Jesus, Altamiro José Alves Moreira, informou que há dois anos atrás foi feita uma reunião na Vila Martins com a presença da Deputada Delegada Adriana aonde foi decidido que seriam confeccionados decalques com os telefones das viaturas de polícia, dos Consegs e das delegacias da região para entregar para a população.

O Capitão Soares argumentou a necessidade de cobrar um 190 (telefone de emergência da Polícia Militar) de excelência, que realmente funcione. Complementou dizendo que “não dá para o policial que está nas ruas ficar por conta de atender ligações feitas para o celular da viatura vindas da população”. E ainda ressaltou que o policial que trabalha no 190 é mais importante nas ruas e que esse serviço precisa ser terceirizado. Inclusive já está em andamento a contratação de uma empresa terceirizada para atendimento com a polícia no comando – relatou o capitão.



A Diretora da Escola Joaquim Edson de Camargo, Rosângela Maria do Carmo, iniciou sua fala afirmando que a violência e a falta de segurança não estão dentro da escola e sim fora. Agradeceu a deputada Delegada Adriana Accorsi pela palestra (Escola sem drogas) que proferiu no ano passado na escola. As solicitações da diretora e dos demais membros da mesa estão descritas nos formulários de encaminhamento abaixo.



A deputada Delegada Adriana Accorsi finalizou a reunião agradecendo a participação de todos e citando todos os bairros ali representados (Residencial Sonho Dourado, Santo Hilário, Vila Romana, Vila Concórdia, Vila Martins, Redenção, Parque



Amendoeira, Recanto das Minas Gerais, Aroeiras, Caiçara, Vila Bandeirantes, Vila Pedrozo, e de Senador Canedo: Residencial Boa Esperança, Flor do Ipê, Jardim Liberdade, Residencial Rio Jordão e Jardim das Oliveiras), ressaltando a importância dessa participação para a reunião.

A parlamentar reforçou que segurança não é só policiamento, além do que, o número de efetivo de policiais é desumano com o policial e com a população. A deputada afirmou que precisa de muita coisa para a redução da violência, mas principalmente é preciso investir na prevenção das crianças. “Se nós não cuidarmos, os traficantes irão aliciar as nossas crianças para depois morrerem por eles”. Acrescentou que é fundamental acreditarmos na recuperação desse adolescente que é aliciado para o mundo do crime e para isso a sociedade e o estado precisam dar novas oportunidades de trabalho e estudo. É preciso também investir em políticas de prevenção: política de primeiro emprego, política de prevenção às drogas e também exigir que o governo proporcione esportes, cultura e lazer para a população.

Por fim, Adriana se comprometeu com a diretora da Escola Joaquim Edson de Camargo se empenhar no retorno do programa Escola sem drogas. A deputada comunicou que levará para as autoridades correspondentes todas as reivindicações.

3.10 Seminário – Tema: “O papel das Guardas Municipais no Contexto da Segurança Pública” realizado no Município de Rio Verde

O seminário foi realizado no dia 20 de setembro de 2017 no auditório do Senac às 08:00h, no Município de Rio de Verde, com o tema “O papel das Guardas Municipais no Contexto da Segurança Pública”. O objetivo principal do evento foi explicar o papel da Guarda Municipal na segurança pública do município. Apresentou-se a comunidade local a equipe que atuará no município de Rio Verde, após a aprovação do projeto de lei complementar nº 88/2017, que determinou a criação da Guarda Civil Municipal de Rio Verde (GCMRV).

No evento também foi discutido a necessidade de reconhecimento destes operadores da segurança pública e a realização de programas voltados para a prevenção.



Na abertura do seminário, a presidente da Comissão de Segurança Pública Deputada Delegada Adriana Accorsi destacou a importância do evento. Frisou sobre a necessidade da valorização dos trabalhadores da segurança e a participação do município nessa questão, tanto na prevenção primária (através das Guardas Municipais, em apoio às demais forças de segurança) quanto no trabalho de segurança comunitária e de proximidade com o cidadão.

Houve a realização de palestras ministradas pelo delegado Danilo Fabiano; pelo presidente da Confederação das Guardas Municipais do Brasil, Oseias Francisco da Silva; e pelo promotor de Justiça de Jaraguá, Giuliano da Silva Lima.

3.11 Audiência Pública – Tema: Sistema Socioeducativo

A Comissão de Segurança Pública realizou audiência pública no dia 26 de setembro de 2017, que discutiu sobre o Sistema Sócio Educativo do Estado de Goiás. A iniciativa foi da presidente da Comissão, deputada estadual delegada Adriana Accorsi em parceria com o Conselho Regional de Assistência Social de Goiás (CRESS-GO). O evento aconteceu no Auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa.

O objetivo do debate foi discutir sobre as políticas públicas voltadas ao público infante-juvenil e entender quais medidas estão sendo ou podem ser tomadas no sentido da reformulação das condutas em relação ao menor infrator no sistema socioeducativo. Ao fim

da audiência, a parlamentar afirmou que irá propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para o aprofundamento das investigações.



Participaram da Mesa Diretiva o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público, Publius Lentulus Alves da Rocha; representante do Conselho Regional do Serviço Social da 19ª região, Kátia Regina Nunes Reis; presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo de Goiás, Roberto Conde; presidente do Conselho Regional de Enfermagem, Ivete Santos.

Também participaram da Mesa presidente do Conselho Regional de Psicologia, Ionara Vieira Moura Rabelo; assistente social, Rosane Rodrigues e a defensora pública, Fernanda Fernandes.

A presidente da CSP iniciou a audiência colocando seu mandato a disposição para ouvir as reivindicações de todos os agentes, defensores públicos, mães de internos que estavam presentes. “A partir desta audiência vamos enviar uma série de resoluções e encaminhamentos para tomar providências às autoridades necessárias”, afirmou.

O promotor Publius, afirmou que o Estado de Goiás não cumpriu integralmente um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) feito em 2012 para edificação de unidades de internação, inclusão das unidades na lista de recursos, reforma de unidades. “A comunidade

sócio-educativa sofre com as gambiarras do sistema. Os internos estão sendo tratados de forma inadequada”, frisou.

Em geral as denúncias giraram em torno da violação de direitos humanos aos internos, sucateamento das unidades de internação; péssimas situações de trabalho dos agentes, inclusive assédio moral; falta de pessoal capacitado, como enfermeiros durante plantões e fins de semana. Também foi apontada escala intensiva de trabalho.



O presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo de Goiás, Roberto Conde, afirmou que o sistema está um caos. “A realidade é cruel e não se tem nenhuma preocupação com a reeducação da criança e do adolescente. Os agentes não têm nenhuma condição de trabalho, temos uma escala escravizante, Temos um alto índice de afastamento de servidores. Não tem condição de ressocializar ninguém naquelas condições precárias”, afirmou.

A presidente do Conselho de Enfermagem afirmou que não há quantidade suficiente de profissionais para o trabalho nas unidades, nem condições dignas de atendimento aos internos e aos funcionários. Segundo Ivete, “participamos da visita de inspeção e fizemos um relatório detalhado, as condições de trabalho para os profissionais de enfermagem são escassas, sem nem o mínimo de recursos”, afirmou. Sua fala foi ilustrada pelo depoimento de uma servidora que disse que os atendimentos na unidade em que trabalha são feitos sobre uma mesa.

Outro ponto abordado foi do medo e do assédio moral sofrido por parte dos servidores. Ionara Vieira Moura Rabelo, presidente do Conselho Regional de Psicologia, falou sobre o assunto afirmando que essa situação coloca em risco, inclusive, a vida das crianças e adolescentes que vivem nas unidades. “Se o clima organizacional é de medo e angústia isso perpassa para os adolescentes. Isso causa risco de morte real, nas rebeliões”, salientou.

A presidente da Comissão deputada Adriana Accorsi finalizou a discussão afirmando que irá propor em Plenário a abertura de uma CPI para investigar as denúncias feitas durante a audiência como uma forma de aprofundamento nas questões do sistema socioeducativo.

3.12 Audiência Pública – Tema: O Cuidado com a Saúde dos Trabalhadores da Segurança Pública

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidente Deputada Delegada Adriana Accorsi, realizou a Audiência Pública que discutiu sobre os cuidados com a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública. O evento aconteceu no Auditório Solon Amaral, às 08:30 horas do dia 03 de outubro de 2017.





A mesa diretiva da audiência foi composta, além da presidente da Comissão Deputada Delegada Adriana Accorsi, pelo secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, Ricardo Balestreri; pelo presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB, Edemundo Dias de Oliveira Filho; pelo Diretor Jurídico do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais em Goiás e Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Marcelo de Azevedo e pelo Psicólogo Criminal da Polícia Técnico Científica do Estado de Goiás, Leonardo Ferreira.

Em seu discurso de abertura do evento, a presidente da CSP Deputada Delegada Adriana Accorsi citou que um dos objetivos da audiência é dar visibilidade e atenção à saúde dos trabalhadores da segurança pública. Acrescentou que os grandes desafios enfrentados pela categoria fez-se ocasionar um aumento no número de doenças. Portanto, destacou que a situação é bastante grave.

Além disso, a presidente da CSP pontuou a veemente necessidade de apoio às instituições diante das dificuldades que envolvem a saúde da categoria, especialmente desta Casa Legislativa. Por fim, relatou a importância em implantar medidas de prevenção e combate às doenças mentais que acometem atualmente os trabalhadores da segurança pública e a necessidade de cuidar daqueles que cuidam da sociedade.

Em seguida, iniciou a palestra o Policial Rodoviário Federal, Marcelo de Azevedo, sobre um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas sobre a “Saúde dos Trabalhadores em Segurança Pública: um olhar sobre os PRF’s.” O propósito desse estudo foi verificar as condições de saúde dos profissionais da segurança, avaliando diversos aspectos, como exemplo: a incidência de doenças, a questão da vitimização policial, a idade média de morte da categoria, mortes relacionadas com a atividade policial, índice de suicídio, as condições de saúde mental e seus efeitos na vida dos trabalhadores da segurança pública.

Esse estudo abordou também as principais doenças que afetam os policiais rodoviários federais, dentre as doenças físicas estão as osteomusculares, digestivas e cardiovasculares, muitas em decorrência direta ou indiretamente da atividade policial. Além das doenças físicas, o estudo também tratou sobre as moléstias mentais dos policiais, sendo esta, pior que a saúde física. O palestrante enfatizou a ausência de acompanhamento periódico dos profissionais, não só após vivenciar situações traumáticas, mas no seu cotidiano também. O referido estudo encontra-se anexo no relatório (Anexo I).

Na mensagem final, o policial Marcelo de Azevedo ressaltou que os profissionais da segurança pública pedem socorro e estão precisando de apoio social. Os policiais colocam sua vida em risco em prol da sociedade, mas não possuem condições apropriadas de trabalho, faltam recursos financeiros para investimentos em viaturas e armamentos. Por fim, destacou-se a necessidade de uma reforma das instituições de segurança pública e um tratamento diferenciado para a saúde física e mental dos profissionais.



Em seguida, o psicólogo criminal Leonardo Machado enfatizou sobre a saúde mental da categoria e os estigmas que a cercam. Os problemas mentais são devidos ao alto índice de estresse da categoria, que lida com muitas situações de crise no seu cotidiano. Pontuou que esse tipo de moléstia envolve o processo de pensar e também de gerar emoções dos policiais, problemas de raciocínio, memória, atenção, bem como produção excessiva de adrenalina e cortisol. Além disso, destacou a necessidade de romper preconceitos, próprios e alheios, que dificultam o policial de procurar ajuda e tratamento.

Leonardo também relatou sobre a Síndrome de Bournout que frequentemente acomete os policiais. A síndrome revela que as causas do estresse estão diretamente relacionadas com o desempenho das funções laborais. Citou que uma das consequências dessa Síndrome é o suicídio, visto inicialmente como mecanismo de resolução de conflitos. O teor da palestra também está anexo no relatório para pesquisa (Anexo II).

Por fim, o palestrante destacou que “o indivíduo não é a doença, esta é apenas um estado da pessoa em determinado momento. E uma pessoa que padece de transtornos mentais pode ser sim uma pessoa produtiva e aproveitada pela sociedade, tanto dentro da segurança pública quanto fora dela.”



Nesse momento a presidente da CSP sugeriu que fossem realizados atendimentos permanentes aos trabalhadores da segurança pública, bem como medidas no sentido de sensibilizar os chefes e superiores dessa problemática e ações de apoio aos policiais. A Delegada Deputada Adriana Accorsi também enfatizou a importância em incluir no currículo da academia de polícia discussões acerca da importância do policial procurar tratamento, caso necessite no exercício da profissão.

Em seguida, os componentes da mesa expressaram sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com o secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Ricardo Brisola Balestreri, que afirmou que o operador de segurança pública é um cuidador da cidadania e questionou: “E quem cuida dos cuidadores?”. Ressaltou que vivem um eterno paradoxo - ao mesmo tempo que desempenham um serviço importantíssimo, em que colocam sua própria vida ao bem do outro, sentem-se impotentes devido às condições precárias de trabalho.

Ricardo Balestreri lamentou o não oferecimento de conhecimentos de psicologia aos policiais brasileiros por dois motivos: para que saibam lidar com o outro e consigo mesmo. Relatou que em sua gestão como Secretário Nacional de Segurança Pública foi realizada uma pesquisa nacional para saber quais os cuidados psicológicos que os operadores de segurança pública recebiam e constatou-se que quase não recebem oportunidades de atendimento/acolhimento no campo psicológico e muito menos de formação nessa área.



O secretário comentou sobre os pontos a serem trabalhados com os operadores da segurança pública para fortalecê-los:

- Síndrome da onipotência: reforçou a opinião do Dr. Leonardo que se deve trabalhar a síndrome da onipotência com os operadores da segurança pública – “eles acham que não podem ser fracos e nem falhar”. Diz estar presente principalmente entre os homens, por já carregarem essa ideia desde sua criação. Segundo o secretário, as mulheres são mais fortes emocionalmente que os homens e com o olhar mais detalhista, o que as faz superar esse mito da onipotência. Deu como exemplo o caso da Colômbia, que implantou uma reforma policial que resultou na redução da violência. O gestor da reforma na época – Hugo Acero (nove anos secretário de Segurança e Convivência da Prefeitura de Bogotá) – afirmava que o fator fundamental para o sucesso foi a exigência de 30% da polícia ser feminina. Ricardo informou: “Hoje, na Polícia Militar temos 10% de efetivo feminino, mas já anuncio em público que no próximo concurso será colocado a exigência de, pelo menos, 20% de mulheres”.
- Síndrome de impotência: a sensação de que tudo que faz de nada adianta para resolver os problemas da segurança pública. Segundo o secretário, a única saída é fazer bem seu trabalho, mesmo que os outros não façam.
- Banalização da dor.



- Trabalhar psicologicamente com os lutos e as perdas.
- Trabalhar a depressão, a ansiedade, o medo, o bullying interno, o assédio moral institucional e a formação motivacional “Por que você entrou para polícia?”.

Entre as ações que o Governo do Estado está tomando para minimizar esses fatos, o secretário destacou:

- **Introduzir um programa de formação de direitos humanos e cidadania policial**, que começará brevemente e será o mesmo sistema usado na Secretaria Nacional de Segurança Pública, no qual será feito um trabalho com lideranças de forças multiplicadoras (entre 750 e 1000 policiais) dentro das corporações.
- **Trabalhar os elementos psicológicos dos operadores de segurança pública**: o secretário sugeriu que além de trabalhar individualmente os profissionais já acometidos por problemas psicológicos com terapias, deve-se trabalhar também a prevenção. Nesse sentido, as medidas de precaução devem ser tratadas de preferência na formação dos policiais, por fazer parte de sua formação central, assim como as aulas de armamento e tiro. Ricardo afirmou que a formação humanística e a técnica devem ter a mesma importância: “Precisamos de policiais equilibrados psicologicamente para respeitar o limite da lei e da moralidade”.
- **Alterar a legislação da AC2¹**, solicitou o apoio dos deputados estaduais, para a alteração da legislação que trata da indenização por horas-aula ministradas (AC2) a serem pagas, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, que segundo Balestreri a qualquer momento está para chegar nesta Casa de Leis. Indignado, relatou que nessa lei não pode extrapolar o pagamento de R\$ 700,00 por mês para o servidor que ministrar aulas ou palestras. Informou que planejava trazer pessoas de renome, tais como Paulo

¹ Lei nº 15.949, de 29 de dezembro de 2006 (Dispõe sobre a ajuda de custo, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, e dá outras providências): em seu artigo 3º trata do valor a ser pago por aulas ministradas referenciado como AC2:

“Art. 3º A indenização por horas-aula ministradas –AC2– será paga ao policial civil, ou técnico-científico ou militar ou bombeiro militar, membro do corpo docente dos colégios militares e das unidades de ensino da Academia Estadual de Segurança Pública e das Gerências de Ensino Policial Técnico-Científica, Policial Civil e Bombeiros Militar, em valor mensal não excedente a R\$ 700,00 (setecentos reais), conforme dispuserem Instruções Normativas a ser baixadas pelos Comandantes-Gerais, Delegado-Geral da Polícia Civil e Superintendente de Polícia Técnico-Científica, nas respectivas áreas de atuação, para custeio de despesas extraordinárias, notadamente com qualificação profissional específica para o desempenho do magistério e atualização intelectual.”

Storani (ex-capitão do BOPE do Rio de Janeiro) e não conseguiu trazer porque a lei também não permite trazer nenhum palestrante de fora do estado e pagar – “Isto é lei aqui em Goiás. Vejam como dificulta trabalhar a formação e capacitação dessas forças de segurança”, enfatizou o secretário.

Logo após teve a palavra o representante da OAB Edemundo Dias Filho, frisou a importância do tema tratado e que o mesmo está diretamente relacionado com os direitos humanos. Pontuou sua decepção quanto ao mediatismo da política brasileira, em que os planos e programas são apresentados visando apenas resultados rápidos e imediatos. Enquanto mudanças estruturais que ensejam quebra de paradigmas são muitas vezes deixadas de lado.



A psicóloga e coordenadora do Centro de Saúde da Polícia Civil do Estado de Goiás, Luana informou que a Polícia Civil tem alguns números de policiais que estão adoentados, mas que a corporação está tentando melhorar esses dados com visitas que serão iniciadas a partir do próximo mês no interior do estado. Relatou que a Polícia Civil instituiu no ano passado o projeto Cores, que tem o propósito de divulgar e conscientizar os servidores sobre várias questões ligadas a saúde, a exemplo de câncer de mama, câncer de próstata, AIDS e suicídio.

O Coronel Adriano (Subcomandante de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás) relatou como funciona os cuidados com a saúde no Corpo de Bombeiros Militar:

- Há cinco anos foi estabelecido o exame periódico e junto com ele foi criado o NIAB (Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial), determinando que a promoção do oficial seja vinculada com a participação no exame periódico. Ressaltou que com esses exames periódicos é possível obter números estatísticos da saúde dos bombeiros.
- Além disso, o NIAB tem um programa, o Programa In-Atividade – PROIN, com duração de dois anos, com o intuito de preparar os bombeiros para a aposentadoria. Este programa inclui cursos voltados para o empreendedorismo, a saúde em geral, dentre outros assuntos.
- A corporação conta hoje com 10 médicos. O Coronel Adriano reivindicou a necessidade urgente de realização de concurso público para a categoria, especialmente para médicos, pois em 27 anos houve apenas dois concursos na área, sendo o último em 2004.



O Sargento Braga (União dos Militares do Estado de Goiás/Unimil) relatou sobre os excessos na jornada de trabalho dos Policiais Militares, especialmente no mês de julho. Esclareceu que existe a regulamentação da jornada dos policiais militares em Goiás na Portaria 2550, porém esta não está sendo aplicada – ocorre regulamente excessos de jornada

em toda Corporação. Revela que essa mesma situação está ocorrendo no Corpo de Bombeiros.

A psicóloga da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares, Bruna informou que elaborou uma pesquisa junto com a APBM (Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Goiás), que identificou que 58% dos policiais militares sofrem de transtornos de ansiedade. Nesse sentido, a principal reivindicação dos colaboradores da pesquisa é a disponibilização de um local apropriado para atendê-los e auxiliá-los nos traumas.

Essa pesquisa também identificou que os profissionais da segurança pública não estão preparados para lidar com a inteligibilidade do sofrimento. A psicóloga aproveitou a oportunidade para se colocar à disposição na realização de um trabalho de políticas públicas com círculos de palestras de prevenção sobre saúde psíquica e emocional. O conteúdo da pesquisa está em anexo no relatório (Anexo III).

O palestrante Marcelo de Azevedo (Policia Rodoviário Federal), em sua fala final pontuou algumas iniciativas realizadas no âmbito da Polícia Rodoviária Federal com o intuito de prevenir doenças:

- Programa Patrulha da Saúde: realiza encontros periódicos com os servidores, nos quais são realizados exames por médicos e psicólogos do quadro da PRF. Destacou que esses profissionais são policiais rodoviários federais não pertencentes do quadro próprio de saúde, são apenas voluntários que colaboram com as atividades de bem estar físico e psicológico da categoria.
- É oferecido aos servidores, uma carga horária específica em seu horário de trabalho, para a realização de atividade física. Em contrapartida, eles se comprometem a realizar exames de saúde periodicamente e apresentar resultados.
- Programa para Aposentadoria, com o intuito de preparar o servidor para a inatividade.
- Palestras em grupos, trabalhando temas como: suicídio, saúde, convivência familiar.
- Convênio do sindicato com psicólogos para disponibilização de atendimento aos servidores.

A deputada Delegada Adriana Accorsi sugeriu universalizar nas unidades de Segurança Pública as boas práticas já existentes. As sugestões levantadas durante a Audiência Pública foram transformadas em encaminhamentos.

3.13 Audiência Pública – Tema: Femicídio em Goiás

Por iniciativa da deputada Delegada Adriana Accorsi, a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou na manhã de 21 de novembro de 2017, no Auditório Solon Amaral, audiência pública para debater o feminicídio em Goiás.

A mesa diretiva da audiência foi composta, além da presidente da Comissão Deputada Delegada Adriana Accorsi, pelo superintendente executivo da Secretaria de Estado do Governo, Adailton Florentino Nascimento, representante do Governador de Goiás, Marconi Perillo; pela delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Goiânia, Ana Elisa Gomes; pela delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Aparecida de Goiânia, Cybelle Silva Tristão; pela perita criminal, Gyzele Cristina Xavier Santos; pela presidente do Conselho comunitário de Segurança para Mulheres, Adriana Dias da Silva; e pela presidente do Conselho Estadual da Mulher, Flávia Fernandes.



A abertura foi marcada pela apresentação musical com tambores pelas artistas do Grupo Coral Mulher da Associação Coroa de Pau.

A deputada Delegada Adriana Accorsi, proponente da audiência pediu, ao iniciar o debate, em especial ao representante do Governador Marconi Perillo, Adailton Florentino, que tudo que fosse acordado durante audiência pudesse ser levado até o conhecimento do

governador Marconi Perillo. “Seria importante para que ele, sensível como sei que é em relação a este assunto, nos ajude com esse problema tão sério”, falou.

Adriana apontou que a violência contra as mulheres vem aumentando, especialmente o feminicídio, que segundo ela, é o mais grave crime cometido contra as mulheres. “Hoje as meninas não podem nem recusar um relacionamento amoroso que correm o risco de serem assassinadas, como ocorreu com a menina Raphaella em Alexânia de Goiás”, lembrou.

A deputada ainda ressaltou que os homens deveriam se mobilizar igualmente no combate a esse crime. “Apesar de todos os esforços, nós temos hoje um Estado que está crescendo em número de violência contra as mulheres. O que é pior é que não vemos a sociedade se reunir em torno desse tema. Não são só as mulheres devem se mobilizar, mas os homens também.”

Adriana explicou que o feminicídio é a violência mais extrema, mas até o agressor chegar a esse extremo a mulher passa por muitos problemas graves, como violência psicológica e sexual. “Essa história de que quem ameaça não faz não é verdade, quando se fala em violência contra mulher, pois quem ameaça faz sim. Ela passa por diversos tipos de violência antes de ser assassinada, não só fisicamente, mas psicológica, verbal e sexualmente também”, destacou.

Corroborando a opinião da deputada, a delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Goiânia, Ana Elisa Gomes alertou que as mulheres que forem vítimas de violência devem se encaminhar a uma delegacia e efetivar a denúncia. Segundo Ana Elisa, o mais importante é a denúncia da agressão e até mesmo de ameaças, para que assim possa se evitar um crime mais grave.

A delegada contou que muitos dos crimes que são cometidos tiveram início com agressões tidas como leves e que não foram reportadas. Por isso ela reforça o pedido para que a mulher se sinta confortável em realizar as denúncias. “Acho que todas as políticas públicas deveriam atuar no sentido de devolver à mulher uma condição de identificar a violência que está sofrendo e tomar a decisão de caminhar até uma delegacia e fazer o registro. Sem dúvidas, essa atitude é a melhor alternativa, é através da denúncia que o Estado pode começar a agir.”

Ana Elisa registrou a necessidade do atendimento nas DEAMs por uma equipe multidisciplinar (psicólogas/os, assistentes sociais, enfermeiras/os e médicas/os) capacitada

para atender os casos de violência doméstica contra a mulher e de violência sexual. “Eu, como delegada, não tenho subsídios técnicos, para por vez, convencer aquela vítima de registrar a denúncia, ao passo que um profissional habilitado poderia conseguir”.

A deputada Adriana Accorsi informou que essa reivindicação da delegada Ana Elisa se tornou um projeto de lei para que no próximo concurso da polícia civil já se tenha no quadro psicólogos e assistentes sociais para todas as delegacias especializadas e para atendimento dos próprios policiais civis. Relatou ainda, o caso do município de Formosa, em que o prefeito retirou servidores da prefeitura (psicólogos e assistentes sociais) que estavam cooperando na DEAM do município nesse atendimento multidisciplinar. A deputada informou que apresentou um requerimento para o Ministério Público e para a prefeitura de Formosa solicitando o retorno desses profissionais para a DEAM.



Outra delegada presente à audiência, a titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Aparecida de Goiânia, Cybelle Tristão, destacou que é necessário o Estado investir em prevenção através da educação para combater o crime e acabar com uma cultura machista que está inserida ainda na sociedade. “A violência contra a mulher é uma construção social oriunda de uma sociedade patriarcal onde a mulher sempre foi submissa ao homem e que não incentiva a mulher a entender seus direitos”. Deu exemplo do projeto elaborado pelo estado de Minas Gerais: “Maria da Penha vai às escolas” (Anexo I), cujo objetivo é despertar nos estudantes o interesse sobre as questões ligadas aos direitos



humanos, especialmente as que envolvam o combate à violência contra a mulher. Relatou que levou o projeto para o Secretário Municipal de Educação.

A deputada delegada Adriana Accorsi informou que solicitou uma audiência com a secretária estadual de educação, Raquel Teixeira, para tratar sobre uma lei criada por ela que institui Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres na Rede Pública Estadual de Ensino e convidou a todos presentes a participar.

A delegada Cybelle destacou a forma precária em que as DEAMs atuam – estrutura, acessibilidade, falta de equipe multidisciplinar. Informou que estão em uma situação muito mais difícil que na capital, pois não possuem Defensoria Pública, Juizado da Mulher, Casa de Passagem e Abrigo de proteção à mulher. Exemplificou que contam com o atendimento de apenas uma psicóloga (parceria com o CREI – Centro de Referência da Igualdade) por meio período durante um dia da semana, sendo assim impossível realizar o atendimento de todas as vítimas. Relatou que encaminha as vítimas para atendimento na Secretaria Executiva da Mulher, porém a maioria não vai pela dificuldade da distância. Enfatizou a necessidade urgente de uma equipe multidisciplinar nas delegacias.

Cybelle Tristão informou sobre o projeto que visa colocar o CEVAM (Centro de Valorização da Mulher) e a DEAM na mesma área em Aparecida de Goiânia para assim facilitar o atendimento destas mulheres vítimas de violência.

Participando também do debate, a perita criminal, Gyzele Cristina Xavier Santos, compartilhou sua experiência sobre o assunto. Com uma exposição técnica, a perita mostrou que atualmente só é considerado feminicídio casos em que existam provas materiais. “Então muitos feminicídios permanecem ocultos, travestidos de latrocínio, ou até mesmo quedas e afogamentos. Temos uma quantidade enorme de casos de mortes que não são consideradas agressão”, disse.

Gyzele afirmou que as Diretrizes Nacionais de Feminicídio (Anexo II) determinam que toda morte ou desaparecimento de mulher deve ser visto inicialmente como feminicídio. “Isso permite que este tipo de crime então só seja descartado, comprovado que a morte não é decorrente de caso de violência contra a mulher, e não o contrário, como hoje é feito”, explicou.

A perita reforçou a importância da implantação das Diretrizes Nacionais pela Justiça brasileira. “São orientações que servem para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. O documento reúne elementos para

aprimorar a resposta das instituições públicas nas diversas etapas, desde a investigação policial e julgamento até a garantia dos direitos de vítimas sobreviventes ou indiretas”, explicou. Informou que atualmente no Brasil só o Distrito Federal implantou como procedimento esse plano de diretrizes.

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada Delegada Adriana Accorsi, informou que irá propor um projeto de lei para que Goiás atenda as Diretrizes Nacionais de Femicídio. Anunciou que junto com a perita criminal, Gyzele Cristina, e a Univesidade Federal de Goiás buscará uma convênio para a realização de uma pesquisa sobre femicídio em Goiás.

A presidente do Conselho Estadual da Mulher, Flávia Fernandes, destacou que o debate não pode ficar apenas no campo das ideias, mas é preciso sair da audiência com ações para erradicar efetivamente essa violência. Segundo Flávia Fernandes, o ciclo da violência contra a mulher começa pelas ameaças. “É justamente na construção da atenção. É quando há ameaças. Não temos mais segurança em nenhum lugar hoje”, afirmou.



Flávia relatou que existem apenas duas Casas de Abrigo em Goiás, sendo que uma delas, o CEVAM recebe a maioria das demandas. Informou também que foi destinado para Casa da Mulher Brasileira em Goiás uma verba de R\$14.000.00, na gestão da presidente Dilma Rouseff, que foi perdido pelo não aproveitamento do governo estadual. Ressaltou a necessidade de mais DEAMs no interior do estado e mais bem estruturadas, com profissionais qualificados para atendimento dessas mulheres, vítimas de violência. Indagou sobre o atendimento do Centro de Referência de Goiânia, se está realmente funcionando e atendendo.

A presidente do Conselho Comunitário de Segurança para Mulheres, Adriana Dias da Silva, alertou para a dificuldade que as mulheres possuem em ter acesso aos órgãos de segurança e ali realizarem seus encaminhamentos e sugeriu a criação de um único local, uma Rede de atenção à Mulher, o qual possa reunir todos os órgãos de segurança pública e atendimento à mulher vítima de violência.

“Creio que tomada a decisão de realizar uma denúncia de violência, a mulher deve receber uma atenção completa com estrutura adequada para em um só lugar sair com o processo todo resolvido. Se ali ela encontrar o delegado, advogado, psicólogo, assistente social, entre outros, creio que as denúncias terão maior aceitação por parte das mulheres agredidas”, sugeriu a conselheira.



Além disso, Adriana Dias sugeriu palestras a serem proferidas em escolas para conscientizar os estudantes sobre a violência contra a mulher; investimentos vindos do governo para prevenção de violência contra as mulheres através, por exemplo, de campanhas educativas; criação de casas de apoio de proteção às mulheres vítimas de violência oferecidas pelo governo.

A deputada Adriana Accorsi enfatizou que será elaborado um relatório pela Comissão de Segurança Pública que será encaminhado para o governador do estado com todos os encaminhamentos e relatos desta audiência pública e convidou a todos para uma visita ao Centro de Referência de Goiânia para verificar como anda seu funcionamento.

Logo após as exposições de opiniões dos componentes da mesa, foi aberto o espaço para os participantes, por um tempo delimitado de 5 minutos, fazerem suas colocações, perguntas e sugestões.



A primeira inscrita foi a representante do CEVAM, Dôlly, que afirmou que o CEVAM está há 36 anos em funcionamento com a ajuda da comunidade porque o governo não oferece subsídios para sua sustentação. Em seguida, noticiou dados estatísticos de registros de estupro no ano passado no Brasil (quase 50.000) e em Goiás (2.847). Informou a todos que será apresentado um projeto de “Construção de Paz” e será solicitado ao governo recursos para realizá-lo.

A assessora do deputado federal Rubens Ottoni, Elisa, enfatizou a importância em se falar da violência contra as mulheres portadoras de deficiência, que muitas vezes são esquecidas e são as mais vulneráveis à violência doméstica e sugeriu a deputada estadual Adriana Accorsi a promoção de um debate tratando deste assunto.

Adriana Accorsi ressaltou que as duas DEAMs representadas na audiência não tem acessibilidade às portadoras de deficiência.

Flávio, representante do comando da Guarda Civil Metropolitana (GCM), informou que a GCM está lançando um programa que trará ações preventivas referentes a violência contra a mulher através de palestras, encontros e debates em escolas, parques e empresas. Noticiou que entre os dias 11 e 15 de dezembro ocorrerá um curso de 50 horas sobre atuação em crimes de violência contra a mulher para 50 guardas e que a intenção é que esse curso se estenda para todos os guardas de Goiânia.

O Sr. Edilson refletiu se a impunidade existente hoje no Brasil não contribui para a violência contra a mulher. Complementou afirmando que o Poder Judiciário e o Ministério Público contribuem com essa realidade por serem completamente omissos.

O Sr. Harley, morador da cidade de Monte Alegre, informou que a Comunidade Quilombola Kalunga, concentrada nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, encontram muitas dificuldades para denunciarem violências cometidas contra as mulheres. Sugeriu criar um sub-conselho para cada cidade que compõe a Comunidade Quilombola Kalunga. Anunciou que em sua cidade, Monte Alegre, existe uma ONG que poderia ser aproveitada no intuito do combate a violência contra a mulher.

A deputada Delegada Adriana Accorsi disse que reivindicará a criação de uma DEAM na região, caso ainda não exista nenhuma.

O Sr. Edinaldo pediu atenção para as mulheres e meninas moradoras de rua. “É preciso fazer algo por essas mulheres que são assassinadas”, afirmou. Sugeriu que as igrejas



(católicas, evangélicas, etc.) levem esse debate da violência contra a mulher para suas comunidades.

A estudante da Universidade Federal de Goiás (UFG), Letícia, sugeriu campanhas de conscientização sobre violência contra as mulheres nas universidades, ela sente falta da participação do Estado nos debates acadêmicos. Lamentou o fato da violência contra a mulher ocorrer inclusive dentro da Academia. Relatou um fato de violência que ocorreu em sua cidade natal, no interior de Goiás, em que os policiais que foram socorrer a vítima não eram preparados para o atendimento de violência doméstica.

A deputada Delegada Adriana Accorsi se colocou a disposição para proferir palestras sobre o tema nas universidades.

A perita criminal, Gysele, informou que o NECRIVI (Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência da UFG) realiza ciclos de palestras sobre feminicídio, no qual Estado e Academia se dialogam e que ela mesma já participou como palestrante.

A estudante Ingrid da UFG relatou que mesmo sendo estudante universitária não tinha conhecimento da existência de uma Casa de Apoio às mulheres vítimas de violência em Goiânia. Ressaltou a importância da informação chegar a população - “muitas não tem consciência do quão grave é a violência contra a mulher e quais ferramentas existem de proteção”.

A mestranda em Direitos Humanos pela UFG, Iodenis Borges F. Cerqueira, ressaltou a necessidade da elaboração de estudos estatísticos sobre feminicídio de mulheres negras – “precisamos saber do crivo racial destas mortes para criação de políticas públicas específicas”.

Em seguida, a deputada Adriana Accorsi Adriana informou que apresentou o Projeto de Lei nº 4492/17 que torna 6 de novembro o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. O dia 6 de novembro foi escolhido como a data para tratar sobre a problemática em memória da menina Raphaella Noviski Romano, de 16 anos, que foi morta a tiros dentro de uma escola estadual na cidade de Alexânia, no dia 6 deste mês. “A data da morte da Raphaella foi escolhida para que ela nunca seja esquecida e servirá como marco de luta contra esse problema que afeta a sociedade, com campanhas de conscientização, debates, seminários e ações de modo a fortalecer a luta diária pela segurança e respeito às mulheres”, afirmou a parlamentar.



Após essa fala, a deputada passou a palavra para o estudante André, presidente do grêmio da escola em que ocorreu o crime em Alexânia, que enfatizou a importância em levar o debate sobre “Feminicídio” para toda comunidade.

A presidente da Comissão de Segurança Pública, pediu apoio a presidente do Partido dos Trabalhadores do estado de Goiás, Kátia Maria, para mobilizarem membros do partido com objetivo de levarem debates sobre feminicídio para o interior do estado.

Só então foi franqueada a palavra ao superintendente executivo da Secretaria de Estado do Governo, Adailton Florentino Nascimento, representante do Governador de Goiás, Marconi Perillo.

Adailton disse que os assuntos tratados foram todos anotados e possuem grande valia para que o Governo possa trabalhar políticas públicas no sentido de contribuir para o combate aos crimes contra as mulheres no Estado.

O superintendente sugeriu que fosse elaborada uma carta com todas as sugestões e se comprometeu a abrir um espaço na agenda do governador para que representantes da reunião possam levar pessoalmente a ele as demandas colhidas durante a audiência.

A deputada Delegada Adriana Accorsi sugeriu para o próximo ano a realização de um novo encontro para comemorar os avanços no combate ao feminicídio.

3.14 Audiência Pública – Tema: Violência e seus reflexos na vida escolar

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás promoveu no dia 17 de novembro de 2017, no Auditório Solon Amaral, intenso debate sobre o tema da violência e seus reflexos na vida escolar. A audiência pública foi proposta pela presidente da CSP deputada Delegada Adriana Accorsi e teve como motivação principal o crime ocorrido no Colégio Goyases, em 20 de outubro de 2017, no qual um adolescente atirou contra colegas de classe, deixando dois estudantes mortos e outros quatro feridos. A reunião realizada nessa Casa de Leis atendeu solicitação feita pelos familiares das vítimas.



Participaram do debate autoridades da área da segurança pública e outros setores governamentais, educadores, estudantes, militantes pela juventude e membros da sociedade civil em geral, com destaque para os familiares das vítimas do atentado ao colégio.

Compuseram a mesa de trabalho, juntamente com a parlamentar, o juiz do Juizado da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ/GO), Lionardo José de Oliveira; o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), professor Marcos Pedro da Silva; o representante do Conselho Regional de Psicologia de Goiás, professor Divino de Jesus da Silva Rodrigues; o representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, professor Rafael Vieira de Araújo; e o idealizador da **Campanha Nacional Contra a Criminalidade**, Ivan Aragão Macedo, também tio da estudante Marcela Macedo, baleada durante a tragédia.

Na abertura da audiência, Adriana Accorsi defendeu a ideia de união em torno do combate à violência na sociedade e afirmou que a reunião tinha por objetivo levantar propostas e encaminhar possíveis soluções para o alcance da segurança na educação. Ela discorreu sobre esse momento em que a sociedade está adoecida pela violência, pelo desrespeito ao direito das outras pessoas, pelo ódio.

"Infelizmente isso está atingindo não só os lares, mas também lugares que a gente sempre acreditou que nossos filhos, crianças e adolescentes estariam protegidos, como as escolas, mas que não é verdade. Porque, se a sociedade está adoecida pela violência, ela vai nos atingir, onde nós estivermos", alertou a parlamentar.



Desde a tragédia no Colégio Goyases, a Alego já realizou outras reuniões públicas para discutir questões relacionadas à garantia da segurança nas escolas da Capital e do Estado. Destacam-se, nesse sentido, as audiências ocorridas nos dias 31 de outubro e 14 de novembro. A primeira foi uma iniciativa do deputado estadual Jeferson Rodrigues e teve como objetivo verificar a possibilidade de implantar sistema de detectores de metais na entrada das unidades de educacionais. A segunda foi promovida deputado estadual Francisco Jr. e versou sobre o Projeto de Lei nº 3253/17, que dispõe sobre a obrigatoriedade de psicólogo escolar na rede pública de ensino fundamental e médio de Goiás.

Juventude e violência

Durante a audiência foi divulgado a seguinte pesquisa: segundo Atlas da Violência 2017, recentemente realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mais de 300 mil jovens, com idades entre 15 e 29 anos, foram assassinados no país. O documento

mapeou os homicídios ocorridos no Brasil entre os anos de 2005 e 2015. Em relação aos números da violência contra a juventude contidos no relatório, os índices nacionais registrados representaram um aumento de 17,2% em relação à década anterior.

Goiás ocupa, conforme o documento, a quinta posição no ranking nacional de homicídios. Os dados referem-se tanto à violência que assola a população, em geral, quanto à juventude, em particular. O juiz Lionardo José de Oliveira mostrou-se preocupado com aumento dos números da mortandade de jovens no Estado e com o que chamou de “alimentação do sistema de violência”, que vem sendo gerado a partir da má aplicação de medidas socioeducativas para a juventude.

Lionardo falou de sua experiência no juizado, onde são julgamos semanalmente casos de homicídios. "O que vejo é que os jovens estão morrendo nas periferias da cidade. O nosso jovem está extremamente vulnerável, suscetível a ser recrutado para a guerra do tráfico, que é o que realmente mata em Goiânia. Nosso sistema socioeducativo está em situação lamentável e tem muita gente falando em redução da maioridade penal, mas o há hoje é um sistema punitivo, uma cadeia juvenil medieval, onde os adolescentes ficam 23 horas na ‘tranca’, como se fala, sem estudar, sem profissionalização, sem nenhuma perspectiva, sendo pouquíssimos os casos daqueles que se recuperam ao final do regime.”

Para tentar solucionar o quadro o juiz defendeu o pagamento melhores salários aos professores, uma melhor estruturação da polícia, a criação de uma rede de profissionalização e estudo para ressocializar jovens que estão atualmente cumprindo medidas socioeducativas. “Precisamos ser mais atrativos do que o crime para o jovem e não oferecer a punição somente.”

A sanção pedagógica prevista pelo sistema socioeducativo foi primeiramente assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.090 de 1990. Sua regulamentação veio posteriormente, com a promulgação Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nº 12.594/2012.

Segurança nas escolas

Ivan Macedo afirmou que o Brasil precisa investir em um Plano Nacional de Educação que priorize a Psicologia para tratar preventivamente as crianças e adolescentes. “Não é colocando seguranças e detectores de metais dentro das escolas que se vai resolver o problema, mas sim tratando as crianças dentro do contexto da sala de aula. É preciso investir em Educação e não na construção de presídios”, disse.

Ele lamentou a atuação de alguns parlamentares, como a da deputada federal Magda Mofatto, que defende a comercialização e liberação do porte de armas no Brasil. Tal medida, diz, é inapropriada para tratar a questão do aumento da violência no país. Ao final, o ativista pediu o apoio dos legisladores em nível estadual e federal para a campanha contra a violência que vem liderando em Goiânia.



O professor Divino de Jesus proferiu palestra sobre o tema do debate, destacando a interpretação da Psicologia. Ele apresentou um estudo de sua autoria que investiga a violência como um produto constitutivo da sociedade, e mostrando como este mal se institui dentro da escola. O professor fez um histórico da violência no ambiente escolar, como a prática dos castigos físicos (palmatória, etc.) e como a violência chega aos dias atuais.

O palestrante defende a instituição da função do psicólogo escolar pelo Plano Nacional de Educação, com o intuito de preparar o emocional dos alunos, identificar e tratar as consequências de eventuais conflitos entre eles ou com os professores.

Mãe da estudante baleada em tiroteio na Escola Goyases, Isabel Morais fez depoimento emocionado sobre a tragédia e sobre a situação de sua filha Isadora, de 14 anos, que ficou paraplégica. Ela opinou sobre o que deve ser feito para evitar que atos extremos como este voltem a acontecer.

“Temos que fazer alguma coisa, porque isso não pode voltar a acontecer. Não comparo minha dor com a dor das mães que perderam os filhos, mas minha filha foi a única que ficou presa. Minha filha não vai voltar a andar, e vendo a dor dela, tomando morfina diariamente no hospital, não podemos cruzar os braços”, disse.

Para ela, o que aconteceu no colégio não foi fruto de bullying, mas uma falha da família do atirador. "Tudo por conta de uma desestrutura social e familiar. Não é justo o que

esses meninos estão passando. Precisamos de uma política pública de qualidade voltada para a Educação, que inclua psicólogos nas escolas”, declarou.

Como resultado da audiência, a deputada Adriana Accorsi informou que um relatório contendo todas as propostas apresentadas seria encaminhado para a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (Seduce) e para demais autoridades relacionadas ao assunto.

3.15 Reunião Pública - Setor Vera Cruz II

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidente, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou a Reunião Pública que discutiu os caminhos de uma comunidade mais segura junto com moradores, estudantes, autoridades, militares, organizações populares, comerciantes e sociedade civil do setor Vera Cruz II e entorno. O evento aconteceu na faculdade FANET no setor Vera Cruz II, às 20 horas do dia 29 de novembro de 2017.



A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidente, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou a Reunião Pública que discutiu os caminhos de uma comunidade mais segura junto com moradores, estudantes, autoridades, militares, organizações populares, comerciantes e

sociedade civil do setor Vera Cruz II e entorno. O evento aconteceu na faculdade FANET no setor Vera Cruz II, às 20 horas do dia 29 de novembro de 2017.

Compareceram nesta reunião as seguintes autoridades, moradores e interessados: Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi; Tenente Bispo, representando o 2º Batalhão de Bombeiro Militar; Tenente Eliezer e Soldado Lopes, representando o Comando da 29ª Companhia Independente da Polícia Militar (29º CIPM); Sr. Glênio Candido de Melo, Vice-presidente e representante do 29º Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG); Guarda Civil Metropolitana (GCM) Iris Luiz Cruvinel, representante do comando da Guarda Civil Metropolitana; Pedagoga Domingas Carvalho Sobrinha, representante do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vera Cruz II; o Diretor de Habitação Plínio Chadud e Sr. Edson, representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Goiânia (SEPLAM); Sra. Edna Aparecida da Silva, Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do Conjunto Vera Cruz II; Sra. Maria de Fátima de Brito, Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Neusinho Ferreira de Farias, presidente do Conselho Regional de Saúde de Goiânia; Sr. Amorim, representante da Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG); Sr. Marcelo Miranda, Presidente da Associação do Bairro Conjunto Vera Cruz; Professor Marcos, representante e proprietário da FANET (local da reunião); Sr. Valminandes Martins, representante do deputado federal Rubens Ottoni; Sra. Priscilla Conselheira Tutelar de Campinas; Maurício, Conselho de Saúde; Maria Damaceno, ex-Conselheira Tutelar; moradores: Sr. Jorge, Sr. Carlos Elias, Sr. Ednaldo, Sr. Diego, Sr. Borges, Sr. Márcio, Sr. André, Sr. Edneir, Sr. Giovani Lopes, Sr. Breno (comerciante local), Sr. Wiston, Sr. Luis Camargo (chacareiro), Sr. Ednaldo, Sra. Mauricéia, entre outros.

A abertura da reunião foi iniciada pela Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, em que agradeceu a presença de todos em especial a presença de representantes das forças de segurança responsáveis pela região, da Polícia Militar, Bombeiros e da Guarda Civil Metropolitana. Agradeceu também a presença dos conselheiros, líderes de bairro e associação de moradores e aos presentes em geral. A deputada explicou que o objetivo da reunião era captar demandas dos interessados sobre os problemas que afligem o setor Vera Cruz II e seu entorno. Informou que essas demandas serão encaminhadas por ela a quem for competente dentro da administração pública, para que sejam buscadas soluções imediatas.

Inicialmente, o Sr. Marcelo Miranda, líder da Associação de Moradores do Vera Cruz II, fez menção ao bom trabalho desempenhado na região pela Polícia Militar, e pediu à deputada que continue apoiando a ação dos mesmos na região. Mencionou-se que a ação da polícia militar inibiu os assaltos a casas na região após a consolidação de sua presença.



Tenente Eliezer falou que a 29° Cia. Independente da Polícia Militar (29° CIPM), responsável pela região (aproximadamente 78 bairros de Goiânia) possui efetivo de apenas 60 homens e um total de 6 viaturas. O representante da PM informou que a 29° CIPM também é responsável pelo Jardim Cerrado, bairro nas proximidades que também sofreu crescimento desordenado recentemente, possuindo carência de infraestrutura e que está relacionado à maioria dos casos de violência na região. A deputada Adriana concordou com a necessidade de reforço no efetivo e prometeu encaminhar a sugestão.

Mauricéia, moradora do Jardim Cerrado, perguntou quando ele será asfaltado, afirmando que a situação por lá é gritante.

Maria Damaceno, moradora do conjunto Vera Cruz e ex-conselheira tutelar relatou casos de abusos, com os quais teve contato na região, e relatou a falta da informação a que as vítimas mais vulneráveis estão sujeitas. Pediu mais segurança especialmente no Jardim Cerrado II e III.

O Bombeiro Militar Tenente Bispo notou a necessidade de um corpo de bombeiros no Vera Cruz. “O bairro é grande, possui incidência de incêndios na área não construída da região, e as lideranças comunitárias notam que há boa quantidade de terras públicas na região

que podem ser utilizadas para tal empreitada. Emergências dentro do Vera Cruz são respondidas pelo batalhão que se localiza na Av. 24 de Outubro, a distância é muito grande”, informou o bombeiro.

De acordo com Jorge, morador da região, o setor Vera Cruz II, assim como outros bairros das redondezas, cresceu exponencialmente em um curto espaço de tempo. Serviços essenciais, especialmente como o policiamento ostensivo, não acompanharam tal movimento.

Professor Marcos, proprietário do espaço da FANET, criticou a ausência de alguns membros da Associação de Moradores e que a Associação tem que ser mais ativa. Reclamou da falta de estrutura do ginásio do bairro e ressaltou sua importância para afastar as crianças e adolescentes do mundo do crime e das drogas.

O proprietário da Fanet informou que a região já possui 200 mil pessoas, e por isso é necessário um reforço proporcional na segurança. Explicou que a política de segurança participativa é essencial, mas que é necessário que haja um planejamento, no sentido de que o crescimento vertiginoso da população na área seja acompanhada de um plano que acompanhe tal movimento, para amortecer os efeitos negativos do crescimento. Utilizou como exemplo o Jardim Cerrado, que é visto como uma área que sofreu este processo de crescimento desordenado, e agora sofre mais gravemente com a falta de infraestrutura. O mesmo ponto de vista foi compartilhado pelo Sr. Marcelo, líder comunitário no Vera Cruz II, que ressaltou que tal planejamento deve também abranger todas as áreas que são responsabilidade do Estado.

Sr. Carlos Elias pediu maior integração da informação entre as forças de segurança para realização conjunta de suas funções. Refletiu que a violência acontece por uma conjunção de fatores, sendo todos eles causados pela falta de ação do poder público, como falta de iluminação adequada, falta de escolas e postos de saúde, desemprego, etc.

Priscila, conselheira tutelar em Campinas, ressaltou que faltam escolas (CMEIs) e postos de saúde. Pediu também que as reuniões participativas sejam mais frequentes para que se tornem instrumento prioritário de formulação de políticas públicas.

Ressaltou o trabalho voltado para o público infantil, realizado pelas forças de segurança pública, como benéficas; citou como exemplo as escolas geridas pela Polícia Militar, a iniciativa dos Bombeiros (Bombeiro Mirim), entre outras. Afirmou que tais ações aproximam o cidadão desde criança às forças de segurança, e fomentam uma relação

amistosa entre Estado e sociedade iniciando um trabalho de prevenção da marginalidade desde cedo. Afirmou que é impossível atender a demanda da região com a estrutura atual e pediu a criação de no mínimo mais 5 (cinco) conselhos tutelares.

Ednaldo, morador e pastor de igreja evangélica, ressaltou a falta de diálogo dentro das instituições religiosas sobre os temas de violência doméstica, especialmente contra as mulheres. Pediu que a deputada tenha atenção na implementação da Lei Maria da Penha e trabalhe no sentido de consolidar garantias de segurança para as mulheres na região.

Sr. Plínio, Diretor de Habitação da SEPLAM, falou da reivindicação antiga de asfaltamento completo da região, que já possui 8 anos. Disse que tal demanda é competência da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Goiânia (SEINFRA) e da Agência Goiânia de Habitação (AGEHAB), e que estas serão comunicadas. Informou que a prefeitura está entregando grande quantitativo de casas na região, sendo 1616 unidades habitacionais (projetadas para 4 pessoas) entregues em 2017 e estão previstas mais 1080 unidades para o ano de 2018.



O Diretor de Habitação da SEPLAM lembrou que existem terras do estado na região, que podem servir para a construção de um posto do corpo de bombeiros. Mencionou um problema peculiar do Jardim Cerrado, que devido a problemas de regularização fundiária, grupos de criminosos estão expulsando as pessoas de suas casas e se apoderando dos imóveis, e os moradores expulsos ficam sem vias legais para recorrer (não podem sequer registrar Boletim de Ocorrência pela falta de escrituras ou documentos comprobatórios). “Não raro suas casas são utilizadas para venda de ilícitos ou moradia temporária de

criminosos“, informou o diretor de habitação. Encerrou sua fala, orientando a todos presentes a registrar suas demandas na prefeitura através de processos.

Moradores denunciaram que o CMEI do Jardim Cerrado IV está abandonado e que foi ocupado por grupos de marginais. Atualmente encontra-se todo depredado. Mencionaram também que o CRAS do Jardim Cerrado VII foi alvo de incêndio criminoso por bandidos.



Na fala de encerramento, GCM Cruvinel ressaltou que é competência da corporação a guarda de prédios públicos, mas também a patrulha preventiva em apoio a polícia militar. Na área, possui 3 viaturas, mas afirma que a emergência da GCM (no 153) recebe poucas chamadas, provavelmente por desconhecimento do serviço pela população. Representantes da polícia Militar afirmaram que a participação da população é fator tão importante quanto o efetivo da PM. Ressaltaram a boa receptividade e o papel dos moradores e comerciantes do Vera Cruz, que ajudam em muito a construção da segurança na região.

A deputada Adriana Accorsi encerrou as falas lembrando que a política de segurança pública deve ter atenção especial com as crianças, e em especial às situações de violência doméstica contra elas, por causa do forte histórico que adultos infratores possuem de terem sofridos abusos quando crianças. A deputada agradeceu a presença de todos e disse ter atenção especial aos pedidos de novas reuniões no sentido de fortalecer a política participativa, ressaltando a todos a importância da proximidade entre o poder público e a população. A reunião foi encerrada às 21:40 após as considerações finais.

3.16 Audiência Pública – Tema: Violência Contra Mulher e o Femicídio

A Comissão de Segurança Pública - CSP da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por intermédio de sua presidente deputada Delegada Adriana Accorsi, realizou a Audiência Pública que discutiu a violência contra a mulher e o feminicídio no Município de Alexânia, cidade da jovem Raphaella Noviske, vítima de feminicídio em novembro de 2017. O evento aconteceu no Plenário da Câmara Municipal de Alexânia, às 09:00 horas do dia 12 de dezembro de 2017.



A referida audiência faz parte do projeto “**Mexeu com uma, mexeu com todas**”, que visa à prevenção e conscientização da comunidade sobre os crimes contra as mulheres.

A mesa diretiva da audiência foi composta, além da presidente da Comissão deputada estadual Delegada Adriana Accorsi; pelos vereadores do município Dorivaldo Biam, Tenente Pereira, Wanderson Freitas, Matheus Ramos e Marques Zedex; pelo idealizador do projeto "Mexeu com uma, mexeu com todas" na cidade de Alexânia, Alysso Silva Lima; a Delegada da Polícia Civil, Rafaela Azzi; o Major do 34º CIPM, Josmar; a diretora do Colégio Estadual 13 de Maio, Luciana Martins; o presidente do Conselho de Pastores de Alexânia e Capelão Colégio do 13 de Maio, Pastor Eugênio; e o Presidente do Grêmio do Colégio 13 de Maio e um dos convocadores da audiência, André Pereira.

O evento também teve a participação de Ivan Aragão, idealizador da Campanha Nacional Contra a Criminalidade, bem como da assistente social, Malu e de moradores e moradoras de Alexânia.

A audiência iniciou com o relato do bárbaro crime ocorrido com a adolescente Raphaella dentro de uma escola pública em Alexânia, morta com vários tiros pelo jovem de 19 anos, Mizael Pereira Olair. O autor do crime confessou ter planejado por 1 ano matar a estudante após ser rejeitado pela mesma.



Mizael declarou que era fascinado por Rafaella e que passava “noites sem dormir” por causa dela. “Eu entrei numa depressão que não dormia mais à noite, trocava a noite pelo dia. Eu estava com muito ódio, tinha fome e de resto não tinha mais nada. Acho que minha vida girava em torno dela. Eu tinha que ter procurado ajuda profissional” disse em depoimento à delegada Rafaela Azzi, responsável pelo caso. Dessa maneira, o crime apresentou todas as características de um feminicídio, cometido contra uma mulher pelo fato de ser mulher e a mesma ter negado um relacionamento amoroso com o autor.

A deputada Delegada Adriana Dias sugeriu planos de ações públicas no sentido de prevenir o feminicídio no Estado, como a realização de palestras nas escolas sobre violência contra a mulher; a necessidade de investimentos do governo por meio, por exemplo, de campanhas educativas; a criação de casas de apoio de proteção às mulheres vítimas de violência oferecidas pelo governo.



Além disso, a deputada Adriana Accorsi informou que apresentou o Projeto de Lei nº 4492/17 que torna 6 de novembro o Dia Estadual de Combate ao Femicídio. O dia 6 de novembro foi escolhido como a data para tratar sobre a problemática em memória da menina Raphaella Noviski Romano, de 16 anos, que foi morta a tiros dentro de uma escola estadual na cidade de Alexânia, no dia 6 deste mês. “A data da morte da Raphaella foi escolhida para que ela nunca seja esquecida e servirá como marco de luta contra esse problema que afeta a sociedade, com campanhas de conscientização, debates, seminários e ações de modo a fortalecer a luta diária pela segurança e respeito às mulheres”, afirmou a parlamentar.

4 DEMAIS AÇÕES

4.01 Reunião na União Goiana dos Policiais Civis - UGOPOCI

No dia 10 de março de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi participou da cerimônia em reconhecimento da semana da mulher. O evento homenageou as policiais civis aposentadas, associadas e pensionistas.

O Presidente da UGOPOCI José Virgílio, destacou a importância da mulher para a sociedade, a luta incansável em defesa dos direitos de igualdade, discriminação, valorização, dentre outros. Lembrou que o dia 08 de março não é apenas mais um dia, ele simboliza o dia internacional de lutas em que as manifestações de mulheres trabalhadoras da Europa e América do Norte, ecoaram por todo o mundo. Na época, a luta era muito desigual, mas elas acabaram sendo ouvidas. Em virtude dessas manifestações as mulheres foram ganhando espaço até que na segunda metade do século passado o dia 8 de março foi consagrado o dia internacional das mulheres.

A presidente da CSP deputada estadual Adriana Accorsi, falou aos presentes reforçando a importância da mulher em todos os segmentos e a necessidade de continuar em uma marcha incessante em galgar mais espaço, visto que mesmo havendo evolução, os espaços precisam ser distribuídos de forma mais igualitária. Reportou com propriedade sobre o espírito aguerrido, próprio das mulheres e a importância destas para a segurança pública do nosso estado.

4.02 Reunião no Município de Cidade Ocidental

No dia 10 de março de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve em reunião com a vereadora Kedma Karen, o subcomandante Marcio France e a Inspetora Neres do município de Cidade Ocidental.

O objetivo da reunião foi discutir a respeito da situação da segurança pública daquele município. A presidente da Comissão firmou compromisso de apoiar e ajudar na estruturação da Guarda Municipal da cidade, e completou que “nosso objetivo é ajudar a segurança pública e contribuir para o fortalecimento das Guardas em todo Estado de Goiás”.



4.03 Palestra – Tema: Violência Contra Mulher

A presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 13 de março de 2017, conversou com os alunos da Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista sobre o Combate a Violência Contra a Mulher.



4.04 Palestra – Tema: Violência Contra Mulher

No dia 21 de março de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi conversou com os alunos da escola Maria da Terra sobre a violência contra a mulher, nossos direitos e conquistas.



4.05 Palestra – Tema: Violência Contra Mulher

A presidente da Comissão de Segurança Pública, no dia 23 de março de 2017, participou I Encontro de Mulheres de Goianira, no Centro Cultural Durval de Assis - Centro Escolar. Realizado pela Secretaria Municipal de Saúde a deputada Adriana Accorsi proferiu palestra sobre a violência contra a mulher com o intuito de orientar e esclarecer sobre a Lei Maria da Penha, entre outras normas e políticas públicas de proteção à mulher. Informou ainda que a Lei Maria da Penha foi criada para proteger, assegurar e dar garantia aos direitos das mulheres vítimas de qualquer tipo de violência no meio familiar.

Instruiu as participantes da reunião como denunciar pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que foi criada com o objetivo de orientar as mulheres que sofrem algum tipo de violação de direitos e esclarecer sobre os serviços disponíveis às vítimas. Também esclareceu que esta Central (Ligue 180) é um número de utilidade pública, que pode ser acessado gratuitamente por mulheres de todo o país e representa um avanço no serviço de

atendimento. Além disso, a Central também representa uma garantia de acesso das mulheres à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ao final a Deputada Adriana Accorsi distribuiu alguns exemplares e informativos da Lei Maria da Penha.



4.06 Palestra – Tema: Violência e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes

A presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Adriana Accorsi, no dia 27 de março de 2017 realizou palestra na Escola Coronel José Viana, sobre a Violência e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes.



O objetivo foi sensibilizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes; estimular a população a denunciar tais ocorrências e incentivar a implementação de políticas públicas e de ações para o enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.



4.07 Reunião na Academia de Polícia Civil

No dia 06 de abril de 2017 a equipe da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás acompanhou o comandante do Departamento de Polícia da cidade de Eutis da Flórida e instrutor da Special Weapons And Tactics (S.W.A.T.), Shane S. McSheely, em visita a Escola Superior da Polícia Civil de Goiás - ESPC, para conhecer suas instalações. Em passagem por Goiânia, Shane veio para participar do Seminário “Os desafios da Segurança Pública” promovido pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás em parceria com o Instituto Nacional de Educação, Pesquisa e Instrução em Segurança Pública.

O seminário foi proposto pela presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, que foi uma das palestrantes. Também contou com as presenças da pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência e da Criminalidade/NECRIVI/UFG e pós-doutoranda em Direitos Humanos, Michele Cunha Franco; do doutor em Sociologia e coordenador do Centro de Pesquisas em Segurança Pública da PUC-MG, Luís Flávio Saporì; e do assessor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, Hermany Bueno.

Shane S. McSheely, que foi convidado para falar sobre “O Modelo Policial Norte-Americano”, não deixou de tecer elogios à ESPC, quando disse que as instalações que conheceu aqui, não deixam nada a desejar se comparada às escolas americanas.



Durante a palestra, que aconteceu na sexta-feira (07/04/17), Shane disse que ficou realmente impressionado com a estrutura da ESPC e se emocionou ao elogiar o Coordenador de Ensino Técnico Operacional Agente de Polícia Ricardo Fernandes “pela sua dedicação no trabalho, compromisso e simplicidade”.

4.08 Reunião na Secretaria de Segurança Pública

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 10 de abril de 2017, participou de audiência com o Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SSPAP), Ricardo Balestreri. A reunião teve como objetivo discutir sobre várias propostas e reivindicações no combate à violência doméstica, a realização de parceria com as guardas municipais e metropolitana, e sobre o déficit de trabalhadores da segurança pública. Também foi falado sobre a comemoração dos trinta anos dos Conselhos Comunitário de Segurança (CONSEGs).



4.09 Reunião com Conseg - Conselho Comunitário de Segurança de Senador Canedo

No dia 05 de maio de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma reunião com os conselheiros do Conselho de Segurança de Senador Canedo. O encontro teve o objetivo de discutir o fortalecimento do Conselho Comunitário de Segurança e contou com a presença do Secretário Municipal de Segurança Pública, Paranaguá; o vereador e presidente da Câmara Municipal, Rodrigo Rosa; representantes do Sindicanedo; Guardas Municipais; e a comunidade.



“Fortalecer a participação da sociedade nas políticas para a a segurança pública é fundamental”, disse a presidente da Comissão.



4.10 Visita ao Estudante Mateus Ferreira no Hospital de Urgências de Goiânia

Representando a Comissão de Segurança Pública, a presidente deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 05 de maio de 2017, esteve no Hospital de Urgências de Goiânia - HUGO juntamente com a deputa federal Érika Kokay em apoio ao estudante Mateus Ferreira . Conversou com o Dr. Alexandre Amaral, responsável pelo tratamento de terapia intensiva do HUGO, que relatou o quadro de saúde de Mateus e os procedimentos adotados até o momento.



O caso teve repercursão intrenacional, Mateus, estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi agredido por um policial durante protesto organizado por centrais sindicais na Praça do Bandeirante, no centro de Goiânia no dia 28 de abril de 2017. Na ocasião, mascarados entraram em confronto com policiais militares, momento em que o estudante foi atingido e ficou caído no chão. O capitão saiu correndo. Já o rapaz recebeu os primeiros socorros de outros manifestantes.



A deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, como presidente da Comissão de Segurança Pública emitiu a seguinte Nota à imprensa:

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás é contra a violência sofrida por estudante durante manifestação

A deputada estadual e Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Delegada Adriana Accorsi, manifesta-se contrária a violência sofrida pelo estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Mateus Ferreira da Silva, agredido por um capitão da polícia militar durante manifestação no centro de Goiânia nesta sexta-feira (28/4).

O estudante Mateus Ferreira da Silva teve traumatismo cranioencefálico e múltiplas fraturas e encontra-se internado em estado grave, no Hospital de Urgências de Goiânia.

A presidente da comissão, Adriana Accorsi, participou da manifestação e reafirma o caráter pacífico do ato que contou com trabalhadores de diversas categorias, estudantes, religiosos, famílias, crianças e idosos, pessoas que lutavam pela manutenção de seus direitos trabalhistas e previdenciários.

A Comissão defende o direito à livre manifestação e condena com veemência atos de repressão que venham a cercear esse princípio democrático, e cobra da

Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária a adequada apuração dos fatos e a punição dos responsáveis.

O Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar é contrário em desferir golpes nas regiões que possam ocasionar lesões graves e até a morte de pessoas, como nas regiões da cabeça e nuca em qualquer situação de conflito, isso demonstra que o policial que agrediu o estudante Mateus se excedeu em sua ação. Por isso o nosso respeito a Polícia Militar passa também pela apuração e punição de ocorrências como essa do dia 28/4.

A presidente ressalta que respeita à instituição Polícia Militar e reconhece seu valor na proteção da sociedade goiana, mais que é preciso se pautar pela legalidade. Ainda reitera que defende a legitimidade de manifestações pacíficas como um direito irrestrito de toda a população na luta por uma sociedade mais democrática e justa.

4.11 Reunião no Ministério Público Estadual

No dia 05 de maio de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, juntamente com a deputada federal Erika Kokay e o vereador da cidade de Campinas - SP, Pedro Tourinho, esteve em reunião com o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Benedito Torres e com o secretário de Segurança Pública de Goiás, Ricardo Balestreri para debater sobre a questão do direito a manifestação de rua e sobre o caso do estudante Mateus Ferreira.



Durante manifestação em Goiânia no dia 28 de abril de 2017, estudante da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mateus Ferreira da Silva, que foi agredido por um policial. Este, foi internado em estado grave no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

A presidente da CSP, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, manifestou preocupação com as manifestações populares de que possam ocorrer fatos como o do estudante da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mateus Ferreira da Silva.

A deputada relatou que naquele mesmo dia esteve no hospital juntamente com a deputada federal Érika Kokay, conversou com o Dr. Alexandre Amaral, responsável pelo tratamento de terapia intensiva do HUGO, que relatou o quadro de saúde de Mateus e os procedimentos adotados até o momento. No mesmo dia estiveram reunidas em audiência com o Procurador Geral de Justiça do Estado Dr. Benedito Torres e com o Secretário de Segurança Pública do Estado Dr. Ricardo Balestreri para discutir sobre o andamento do processo ocorrido no dia 28 de abril do presente ano e novas medidas para que tal fato não se repita no estado de Goiás.



“Estas manifestações irão continuar e se tornarão cada vez maiores. Lutar é um direito e não um crime. E queremos lutar pelos nossos direitos, sem medo e sem violência. É preciso políticas públicas de capacitação e sensibilização dos policiais para que eles compreendam este momento que o país está passando. Precisamos construir um caminho para o diálogo entre manifestantes e as forças de segurança”, salientou a presidente da Comissão de Segurança Pública.

4.12 Sessão Solene em comemoração ao dia do Polícia Civil

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 9 de maio realizou uma Sessão Especial na Assembleia Legislativa de Goiás para homenagear e celebrar o Dia do Policial Civil. O evento aconteceu no Plenário do Palácio Alfredo Nasser e na oportunidade foram entregues Certificados de Honra ao Mérito em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para cerca de 80 policiais.



Segundo justificativa da presidente da Comissão, Adriana Accorsi, as Polícias Cíveis são instituições históricas, tipicamente brasileiras, que exercem com exclusividade as atividades de polícia judiciária e apuram as infrações penais, exceto militares, no âmbito do território estadual, na forma de legislação em vigor.

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, incumbe ao policial civil o exercício da segurança pública para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. As polícias civis são subordinadas aos governadores do Estado, ou do Distrito Federal e dirigidas por delegados de polícia de carreira.



“A data é de extrema importância, pois enaltece o trabalho feito pela Polícia Civil e constrói um sentimento de orgulho de pertencer a uma categoria e se sentir valorizado por ela”, salienta a parlamentar. Para ela, essa data permite também a confraternização entre os policiais civis, assim como a entrega de prêmios e honrarias, servindo como fator motivacional para que eles se dediquem aos trabalhos em prol da sociedade.

4.13 Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Policial Civil

No dia 10 de maio de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma solenidade no auditório da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SSPAP), em homenagem especial ao dia do Policial Civil. “Temos muito orgulho da corporação, que é cheia de valores imensuráveis. Todos agem com inteligência e perspicácia”, diz o delegado-geral Álvaro Cássio.

O evento foi marcado pela entrega de comendas a membros da corporação, autoridades da área de segurança e empresários que contribuem com projetos sociais da instituição. Entre os homenageados, o vice-governador José Eliton – representado pelo chefe de Gabinete da Vice-Governadoria, Charles Antônio Gomes; e o titular da SSPAP, Ricardo Balestreri – representado pelo superintendente da Academia Estadual de Segurança Pública, Júlio Alejandro.



Também foram homenageados o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Gilberto Marques Filho; e o procurador-geral de Justiça, Benedito Torres Neto – representado pelo promotor de Justiça Leandro Koiti Murata.

Em seu discurso, o delegado-geral da corporação, Álvaro Cássio também destacou que a Polícia Civil tem contribuído, de forma decisiva, para com a segurança dos goianos. “Os indicadores demonstram que estamos acima da média na elucidação de crimes”, destaca.



Diversas autoridades prestigiaram a solenidade. Entre elas, o secretário de Gestão e Planejamento, Joaquim Mesquita; o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Divino Alves; a superintendente de Polícia Técnico-Científica, Rejane Barcelos; o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Carlos Helbingen Júnior; além dos deputados estaduais Álvaro Guimarães, Adriana Accorsi (presidente da CSP) e o vereador delegado Eduardo Prado.

4.14 Evento sobre a Conscientização e Prevenção as Drogas

No dia 13 de maio de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve na cidade de Bela Vista, onde participou de vários eventos envolvendo a Prefeitura Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil e o Conselho Tutelar. A programação teve início às 15:00 horas, com um passeio ciclístico onde foi lançada a campanha “**Proibido Consumo e a Venda de Bebidas Alcoólicas para Menores de 18 anos**”. Os organizadores do evento realizaram uma “Blitz” educativa divulgando a campanha, entregando panfletos e orientando a população Bela Vistense.



No evento foi apresentado de forma experimental o Policiamento Ciclístico, que será encarregado do policiamento de Praças e do Lago Municipal da Cidade.



4.15 Campanha Defesa em Dobro para Mulheres Vítimas de Violência

No dia 15 de maio de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi participou do lançamento da Campanha Defesa em Dobro para mulheres vítimas de violência, no auditório da Secretaria de Segurança Pública. Promovido pela Polícia Civil de Goiás e a Defensoria Pública de Goiás, trata-se da primeira parceria estabelecida pelas duas instituições na história do estado. O objetivo é fortalecer tanto a complementaridade de atribuições quanto a rede protetiva estabelecida para estender o apoio oferecido às mulheres vítimas de violência doméstica.



O lançamento da campanha contou com a presença, além da presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, entre outras autoridades, a titular da 63ª Promotoria de Goiânia, especializada no combate à violência doméstica contra a mulher, Rúbia Corrêa Coutinho; a defensora pública geral do Estado de Goiás, Lúcia Silva Gomes Moreira; a defensora Adriana Junqueira de Oliveira; o delegado-geral da Polícia Civil de Goiás, Álvaro Cássio dos Santos; o superintendente de Polícia Judiciária, delegado Alécio Moreira Júnior; a titular da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Goiânia, delegada Ana Elisa Gomes Martins.

Também estiveram presentes à solenidade, o superintendente das Defensorias Especializadas, defensor público Domilson Rabelo da Silva Júnior; a gerente da Defensoria Criminal, Lucianna Fernanda Barbosa; o gerente da Defensoria Cível, Márcio Rosa Moreira;

além de outros defensores públicos e demais autoridades como representantes da Polícia Militar, Ministério Público, Secretaria Cidadã, Centro de Valorização da Mulher (Cevam), Conselho Estadual da Mulher e delegados de polícia.

As mulheres vítimas de violência doméstica e familiar passam a contar com o atendimento articulado entre a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) e a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) por meio da campanha *Defesa em Dobro*. A campanha vai garantir que a mulher tenha acesso às informações necessárias tanto para se defender da violência sofrida por meio de denúncia e pedido de medida protetiva quanto para ter acesso a atendimento jurídico integral e gratuito quando precisar de divórcio, pensão alimentícia, guarda para os filhos e outros serviços.



A partir da campanha além do atendimento na delegacia especializada, as vítimas de violência doméstica serão orientadas e encaminhadas à Defensoria Pública para o auxílio jurídico gratuito e integral, para pôr fim ao ciclo de violência existente.

Para o delegado geral da Polícia Civil, Álvaro Cássio, para cada ocorrência registrada na DEAM, há uma ação correlata da Defensoria Pública, e é cada vez mais necessário estender o leque das ações de proteção às mulheres que sofrem agressão dentro do lar.

“Além das ações da Lei Maria da Penha, temos que buscar medidas que garantam a recuperação física e psicológica dessas mulheres, e também proporcionar auxílio para ações como divórcio, pensão alimentícia, guarda dos filhos, justa partilha de bens entre outros”, afirmou o delegado geral. “Por meio de parcerias como esta, estamos tendo a oportunidade de fazer da Polícia Civil, uma polícia cidadã”.

De acordo com a delegada Ana Elisa Gomes Martins, mensalmente são realizados cerca de 800 atendimentos na DEAM, e cerca de 330 ocorrências acabam sendo registradas. Ela afirma que cerca de 40% das mulheres que fazem os registros buscam orientação sobre medidas que são oferecidas pela Defensoria Pública do Estado de Goiás.

“Essas medidas também são emergenciais, e vão garantir a boa convivência do casal, estando eles separados ou não. Precisamos tirar a mulher da condição de vítima para que ela tenha controle de sua própria vida”, explicou a delegada.

Por enquanto, as ações serão realizadas nas delegacias de atendimento à mulher do Setor Central e do Jardim Curitiba, em Goiânia, mas Polícia Civil e Defensoria Pública esperam que em breve as ações possam ser estendidas para todo o Estado.

4.16 Visita ao 10º Distrito Policial de Goiânia

Devido ao atendimento da Resolução nº 1.218 de 03/07/2007, que Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em seu artigo 45, inciso IX, compete à Comissão de Segurança Pública “promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico”.



Neste contexto, a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi visitou o 10º Distrito Policial, na manhã do dia 16 de maio de 2017, onde reuniu com os profissionais daquela delegacia para discutir sobre as demandas e

a situação da segurança pública daquela região. A presidente da CSP colocou a Comissão à disposição para contribuir com o trabalho da Segurança Pública tão importante para toda a sociedade.

4.17 Sessão Solene em Comemoração ao Dia do Policial Civil

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 16 de maio de 2017 participou da Sessão Solene em comemoração ao dia do Policial Civil na Câmara Municipal de Goiânia.

4.18 Palestra – Tema: Combate À Violência Contra Crianças, Adolescentes e Mulheres

Na noite do dia 16 de maio de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, ministrou palestra na Faculdade Unopar em Trindade sobre Combate à Violência Contra Crianças, Adolescentes e Mulheres. Na oportunidade conversou com estudantes dos cursos de Serviço Social, Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis sobre a importância de combater esse tipo de crime por meio da prevenção, conscientização e denúncia.



4.19 Visita Técnica a Escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás

Devido ao atendimento da Resolução nº 1.218 de 03/07/2007, que Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em seu artigo 45, inciso IX, compete à Comissão de Segurança Pública “promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico”.



Neste contexto, a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, visitou a Escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás na manhã do dia 17 de maio de 2017.

Na oportunidade, a presidente da CSP visitou o Programa Investigador Mirim, da Polícia Civil, que busca estreitar os laços entre a polícia, a escola e a família. O projeto atende crianças de 8 a 11 anos e é resultado da mobilização de colaboradores da Polícia Civil do Estado de Goiás que desejam contribuir com a sociedade, oferecendo uma formação mais justa e solidária a cada criança envolvida no Programa. “Tenho muito orgulho de fazer parte desta história e haver proposto a criação deste projeto na Assembleia Legislativa para ser oficializado e obter apoio institucional” exclamou a presidente da Comissão.



4.20 Fórum de Debates de Enfretamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

No dia 19 de maio de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi realizou o **Fórum de Debates de Enfretamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, no Plenário Getulino Artiaga da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

O evento contou com a presença da secretária municipal de Assistência Social, Márcia Pereira Carvalho, representante do prefeito de Goiânia, Iris Rezende; a delegada titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Paula Meotti; o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público (MP), Publius Rocha e o representante do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, tenente coronel Emerson Divino.



Também participam do Fórum, a pedagoga Caroline Arcari, presidente do Instituto Cores, diretora da Escola de Ser e mestre em Educação Sexual; o presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Eduardo Mota; o professor Joseleno Vieira dos Santos, a ex-deputada Dária Alves, representante do Senador Wilder Moraes; o coordenador do Fórum Goiano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; e a psicóloga Maria Aparecida Alves, doutora em educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

As explanações iniciais foram realizadas pela presidente da Comissão de Segurança Pública, Adriana Accorsi, que agradeceu a presença de todos os debatedores e ressaltou a importância de se debater, na Casa do Povo, os direitos das crianças e adolescentes.

“O dia 18 de maio não é um dia de comemoração, porém de tristeza. Ele existe para lembrarmos sobre a necessidade de se debater a situação em que se encontra as crianças e adolescentes. Já avançamos muito sobre os direitos das crianças e adolescentes. Temos orgulho desses avanços, mas ainda falta muito no país, muitos desafios para que os direitos desses jovens sejam respeitados”, ressaltou Adriana Accorsi.

Adriana afirmou que o desafio mais difícil é mudar o pensamento social de que a criança é objeto de poder. “O poder público precisa colocar a criança como prioridade. Precisamos garantir os direitos das crianças em situação vulnerável. Deve haver punição para aqueles que desrespeitem os direitos delas”, sustentou.



A pedagoga Caroline Arcari, presidente do Instituto Cores, diretora da Escola de Ser e mestre em Educação Sexual, e autora do livro “Pipo e Fifi”, desmistificou alguns mitos sobre a violência sexual infantil, por meio de slides que retrataram partes do seu livro.

“O abuso pode ocorrer com ou sem contato físico. Muitas pessoas acham que precisa haver contato, e dessa forma deixa de denunciar. Mostrar fotos pornográficas para crianças e também abordagens na internet são tipos de abuso”, esclarece Caroline Arcari.



Outro mito que a pedagoga citou é a questão da proximidade do agressor da vítima. “É importante diferenciar o carinho do abuso. Às vezes a criança acha que é um carinho o que aconteceu e na verdade é um abuso”.

Durante o evento a delegada titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Paula Meotti, falou sobre estatísticas de exploração sexual de crianças e adolescentes em Goiânia.

Paula Meoti apresentou dados acerca da violência sexual em Goiânia. “A média por ano, em Goiânia, é de 200 casos de abuso sexual de crianças de 10 a 12 anos de idade. O quantitativo é muito expressivo, por isso há a necessidade de trazer para debate o assunto. É uma preocupação que a sociedade e o Estado têm que ter. A Polícia Civil está fazendo o trabalho dela, que é investigar os fatos, julgar e condenar o abusador”.

A delegada evidenciou também que a sociedade organizada deve colocar em pauta a importância do debate com crianças e adolescentes sobre a temática sexual. “Esse debate deveria ser uma prioridade. A sociedade está esquecida de informar e conduzir a criança. Estão deixando solto o debate. Eles precisam se instruir”, concluiu.

Mais um convidado a participar do evento, o professor Joselino Vieira dos Santos, coordenador do Fórum Goiano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes trouxe em debate as políticas públicas e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ele explicou sobre o Estatuto da Criança e Adolescente que é um marco na forma de assegurar os direitos da criança e dos adolescentes. “É muito novo no Brasil, foi criado em 1990 e de lá pra cá já tivemos uma evolução muito grande. O ECA reafirma os pressupostos da Constituição, reconhecendo como dever do Estado da família e da sociedade assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente”.

Na oportunidade, o professor elucidou sobre a violência sexual que está no campo dos Direitos Humanos. “Do ponto de vista ontológico, nós somos seres humanos. Se praticam uma violência contra uma criança é como se estivessem praticando esse ato contra todos nós. Na psicologia usa-se a expressão ‘empatia’. Precisamos ser empáticos”.

Durante o Fórum de Debate sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, a psicóloga Maria Aparecida Alves, doutora em educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) tratou sobre a agressividade como algo necessário para defender a vida.

Cida Alves, como é conhecida, atua na área da saúde pública há 17 anos, atendendo pessoas que passam por diversos tipos de violência. Na oportunidade ela explicou que a força

não é uma violência mas é uma energia vital para movimentar algo. “Agressividade é uma energia de todo ser vivo que serve para proteger a si mesmo e aos seus pares. Protege de um ataque”.

A professora Cida Alves faz uma diferenciação entre o termo violência e agressividade. “Na violência tem-se a intencionalidade de machucar o outro, já na agressividade há a intenção de se auto proteger. A violência pretende impor no sujeito a condição de objeto”.

De acordo com ela, a violência simbólica é aquela que delimita o que é ser masculino e feminino. “Esse modelo mutila as tendências e as particularidades para poder moldar a um determinado padrão. O super-herói não sente medo? Não! A mulher não é forte? Pelo contrário”, finalizou.

Ao final da solenidade, a deputada Adriana Accorsi entregou flores amarelas feitas em papel em alusão as crianças que sofreram abuso sexual no Brasil.

4.21 Palestra – Tema: Prevenção à Violência e contra Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás realizou palestra no dia 26 de maio de 2017 para os alunos do Colégio Militar do município de Itauçu. O evento foi organizado pelo Colégio Militar em parceria com o Conselho Tutelar da cidade.

A deputada estadual Delegada Adriana Accorsi discorreu sobre os tipos de violências (física, psicológica, sexual, doméstica e negligência), formas de combate ao abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes, e ainda esclareceu como denunciar e perceber uma situação de violência.

4.22 Palestra – Tema: Prevenção à Violência e Contra Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente

Na noite do dia 29 de maio de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, ministrou palestra na Escola

Municipal Coronel José Viana em Goiânia, sobre Prevenção à Violência e contra Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente.

Na oportunidade, a presidente da Comissão conversou com estudantes a fim de esclarecer aos presentes as formas de violação aos direitos da criança e do adolescente, incluindo a exploração sexual, maus-tratos, trabalho infantil e tráfico de crianças. Ressaltou ainda a importância de combater esse tipo de crime por meio da prevenção, conscientização e denúncia.

4.23 Reunião na Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SSPAP/GO

Como Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, a deputada estadual Delegada Adriana Accorsi participou no dia 5 de junho de 2017, de uma importante reunião na Secretaria de Segurança Pública com o Capitão Tarley, Coordenador Estadual dos Conselhos de Segurança Pública - Conseg's, que contou com a presença de várias presidentes e conselheiras com objetivo de criar o primeiro Conseg Mulher no estado de Goiás.

4.24 Palestra no CESAM - Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador



A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás realizou palestra no dia 06 de junho de 2017 com os alunos do Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador – CESAM. A deputada estadual Delegada Adriana Accorsi discorreu sobre o combate ao abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes, e ainda esclareceu como denunciar e perceber uma situação de violência.

O objetivo da palestra foi orientar os estudantes em como procederem diante de ataques de pedófilos, a fim de se protegerem e combaterem à violência.

4.25 Palestra – Tema: Tolerância Zero com o Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente

A presidente da CSP deputada Delegada Adriana Accorsi, ministrou palestra sobre abuso e exploração sexual crianças e adolescentes para os alunos da Escola Municipal Angelina Pucci Limonge no dia 7 de junho de 2017. Aproveitou o evento para esclarecer aos estudantes a importância de registrar a denúncia, bem como procedimentos necessários ao combate e à prevenção deste tipo de crime.



Este evento faz parte de um ciclo de palestras com o objetivo de enfatizar a necessidade de ações que visam prevenir e combater a violência contra crianças e adolescentes.

4.26 Reunião no Ministério Público do Estado de Goiás

No dia 21 de junho de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve em reunião com o Dr. Publius Lentulus Alves da Rocha, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOINFANCIA do Ministério Público do Estado de Goiás. Na pauta, foram discutidas ações e parcerias em prol das crianças, adolescentes, mulheres e pessoas desaparecidas de Goiás, dentre várias outras questões de segurança pública do estado.



A reunião também teve o intuito de propor uma parceria de trabalho entre o Ministério Público e a Assembleia Legislativa, para avançar nas medidas do socioeducativo em regime fechado e no fortalecimento da Delegacia Especial de Pessoas Desaparecidas no estado de Goiás.

4.27 Palestra – Tema: Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes

No dia 22 de junho de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve no Setor Palmares do município de Trindade, onde realizou uma palestra sobre o Combate à Violência e exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para os estudantes da Escola Municipal Antônio Lopes Fonte Boa.

A palestra objetivou alertar os estudantes sobre a pedofilia, orientá-los e instruí-los no sentido de prevenir os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. O trabalho preventivo tem o objetivo de evitar que os estudantes sejam alvos fáceis desse tipo de crime.



4.28 Sessão Solene em Comemoração Dia Estadual do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG na Câmara Municipal de Goiânia

O Dia Estadual do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG, foi instituído por meio da Lei nº 17.697/12, a ser comemorado em 23 de Junho. Neste sentido, foi realizada uma Sessão Solene em comemoração 30 anos de existência dos CONSEGs no Estado de Goiás, na Câmara Municipal de Goiânia. Esteve presente no evento, além da presidente da CSP, o Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás Ricardo Balestreri.

No contexto da participação social na Segurança Pública, os Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, surgem com a finalidade de colaborar na solução de problemas relacionados com a Segurança da população.

Durante evento, Capitão Tarley, Coordenador Estadual dos CONSEGs/SSPAP, explicou que “diante da realidade de nosso Estado, os CONSEGs são considerados como o melhor instrumento de difusão e aplicação da filosofia de policiamento comunitário, assim como de consolidação do paradigma de Segurança Cidadã, por meio de uma gestão local compartilhada entre polícias, sociedade e demais órgãos públicos”.

Ainda completou que “dentro de uma perspectiva moderna de segurança, destaca-se a importância da realização de um diagnóstico social que permita a identificação de fatores de risco e a adoção de uma visão transversal, com foco nas causas dos problemas que ensejam a violência, tornando mais efetiva as ações de segurança no âmbito da prevenção ao crime”.



Então, os Conselhos Comunitários de Segurança são um importante e indispensável instrumento de melhoria da qualidade de vida da sociedade goiana, agradecendo a Deus e aos abnegados voluntários que doam parte de seu tempo e de suas vidas contribuindo com a Secretaria de Segurança Pública, concluiu.

4.29 Reunião com Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol)

No dia 26 de junho de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, reuniu-se com o Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol), juntamente com representantes da Ugopoci e Adpego para tratar das doenças psicológicas e psicossomáticas que afetam os policiais civis.

Os representantes das entidades expuseram que essas doenças que afetam os policiais civis são agravadas por uma série de causas: falta de contingente, sobrecarga de trabalho, estresse, depressão, falta de acolhimento por parte da Delegacia Geral da Polícia

Civil - DGPC, problemas esses causados principalmente pelo assédio moral por parte de alguns delegados, os quais negam também licenças médicas e/ou prêmio.



"Apontamos a falta de pesquisas ou estudos sobre o tema, bem como a falta de estrutura e/ou interesse da DGPC em investir nessa área, o que está fazendo com que nossos policiais fiquem doentes", explicou Henrique.

Ficou definido que será criado um grupo de trabalho, com a Comissão de Segurança Pública da Alego, presidida pela deputada Adriana, representantes da Secretaria de Segurança Pública, da Diretoria Geral de Polícia Civil e das entidades da PCGO, visando a realizar um estudos e diagnóstico sobre essas doenças. Caso seja possível, poderá ser contratada uma empresa de consultoria independente, para que se faça essa pesquisa e um pronto relatório de todas essas principais doenças e o que pode ser feito.

A presidente da CSP se comprometeu a empenhar-se para apresentar emendas parlamentares para garantir o pronto atendimento de policiais que se encontrem em necessidade de atendimento, especialmente de auxílio psicológico e psiquiátrico, e aquisição de veículos (ambulâncias) para atendimentos e primeiros-socorros; as entidades vão atuar conjuntamente, junto ao Governo do Estado, pela realização de novos concursos públicos e será apresentado requerimento de projeto de lei para a contratação de pessoal aposentado (da PCGO) para a realização de trabalhos internos (administrativos).

Outros pontos são a criação de câmara setorial da PCGO, fazendo gestão nas unidades policiais e conversando com os colegas de trabalho para identificar aqueles que precisam desses auxílios; sugestão de matéria na grade curricular para novos policiais civis

que adentrem ao quadro; exames e consultas anuais, criadas em lei, obrigando o policial civil a ser avaliado por profissional habilitado.

4.30 Palestra – Tema: Violência Doméstica

No dia 28 de junho de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve no Centro Educacional Marista Divino Pai Eterno – CEMADIPE em Aparecida de Goiânia, onde realizou uma palestra sobre a violência doméstica acometida em nosso estado. Aproveitou o evento para esclarecer aos participantes a importância de registrar a denúncia, bem como procedimentos necessários ao combate e à prevenção da violência doméstica e familiar.

A presidente da CSP ainda esclareceu sobre uma série de medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo previstos na lei, assim como diretrizes de políticas públicas e ações integradas para prevenção e erradicação da violência contra as mulheres.

4.31 Visita ao Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de Goiás



A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás visitou na manhã do dia 06 de julho de 2017, o Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de Goiás. Atendendo ao convite diretor do instituto Antônio Maciel Aguiar Filho, o intuito foi conhecer os avanços no processo de identificação civil do estado voltado para a busca de novas soluções para técnicas de investigação. O objetivo também foi conhecer as novas instalações e o processo de identificação biométrica que foi implantado.

4.32 CONSEG Mulher

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, por iniciativa de sua presidente deputada Delegada Adriana Accorsi, em parceria com a gerência dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, promoveu no dia 4 de agosto na Assembleia Legislativa de Goiás a criação do 1º Conselho Comunitário de Segurança Mulher – CONSEG Mulher do Estado de Goiás.

O Conselho Comunitário de Segurança surgiu para criar um espaço onde todos podem se reunir e pensar estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança, tranquilidade e insalubridade da comunidade, orientados por uma filosofia de polícia comunitária.



O objetivo é integrar a comunidade com as autoridades policiais, através de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma a comunidade propõe às autoridades as definições de prioridade na Segurança Pública na sua região.

O Conselho também articula a comunidade visando a prevenção e a solução de problemas ambientais e sociais. O evento está agendado para acontecer no Auditório Solon Amaral.

Compuseram a mesa de criação do Conseg Mulher, a deputada Adriana Accorsi, que preside a Comissão de Segurança Pública da Assembleia; o coordenador dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, capitão Jonathan Tarley; a vereadora Dra. Cristina (PSDB), representando a Câmara Municipal de Goiânia; o delegado-geral da Polícia Civil, Álvaro Cássio dos Santos; e a tenente-coronel Silvana Rosa de Jesus Ramos, representando o Comandante da Polícia Militar de Goiás, coronel Divino Alves.

O Conselho tem o objetivo de combater a violência contra a mulheres no Estado, e reúne mulheres autoridades de Goiás, tanto no Legislativo goiano, como nas esferas das Polícias Cíveis e Militares, no judiciário e outros órgãos, para, juntamente com mulheres da comunidade, eleitas representantes, dialogarem e elaborarem Políticas Públicas para a prevenção e combate à violência contra a mulher.



“Esse é o primeiro conselho desse segmento em Goiás e o segundo a ser criado no Brasil. Queremos realizar um trabalho colaborativo entre mulheres autoridades e mulheres da comunidade e nos reunirmos uma vez ao mês, pelo menos, para discutir essas medidas de

políticas públicas que possam ser tomadas, para prevenir e combater a violência contra as mulheres” reforçou a parlamentar.

A titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Aparecida de Goiânia, delegada Cybelle Tristão, destacou a importância desse Conselho, pois como pode constatar na sua função, uma delegacia especializada nesse atendimento, lida com os conflitos do dia a dia das mulheres e como eles a afetam de forma física e psicológica. “Esse Conselho será uma ferramenta importante para criar políticas públicas que, de fato, vão ajudar as mulheres vítimas de violência e evitar que outras sofram do mesmo crime.”

4.33 Primeira Reunião Ordinária do Conseg Mulher

A Comissão de Segurança Pública promoveu a primeira reunião ordinária do Conselho Comunitário de Segurança da Mulher (Conseg Mulher), no dia 13 de setembro de 2017, às 16 horas, na Secretária de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás.

Estiveram presentes no encontro a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada Adriana Accorsi, Capitão Tarley e as conselheiras do Conseg: Beatriz Pereira Munhoz, Flávia Fernandes, Adriana Dias Silva, Maria de Almeida, Maria Elisa Pires e Jaci Ribeiro Moura.

Durante a reunião surgiram vários encaminhamentos e foram debatidos os seguintes assuntos: estrutura física das delegacias, aumento das viaturas e foco no Batalhão Independente para Patrulha Maria da Penha, criação de uma comissão de enfrentamento a violência contra mulheres, objetivos do Plano Nacional de Segurança, intervenção do Ministério Público com o intuito de combater o abuso das mulheres no transporte público em Goiânia, construção de um abrigo Público que atendam as vítimas de violência no Estado.

“O encontro foi extremamente importante, pois fizemos o levantamento dos principais desafios que serão trabalhados até o próximo mês. O primeiro deles será uma visita ao presidente da Metrobus com o intuito de discutir uma campanha imediata de combate a violência contra as mulheres no transporte público”, explicou a parlamentar.

“Nosso papel enquanto conselheiras do Conseg é extremamente relevante, porque temos a obrigação, a partir do momento de empossadas, de buscarmos efetivamente solução para o problema da violência contra as mulheres. Atualmente, Goiás é o segundo pior estado para ser mulher no Brasil, só perdendo para Roraima. Temos que reverter este quadro de violência”, concluiu a conselheira, Flavia Fernandes.

De acordo com o a deputada, a criação do conselho tem o objetivo de elaborar e lutar por políticas públicas de prevenção e combate à violência contra mulheres e meninas. “Meu mandato está sempre à disposição para ajudar a todos e todas que apoiam o Conseg Mulher e lutam contra a violência doméstica, na busca por uma sociedade justa, igualitária de vida e de paz”, afirmou a deputada.

4.34 Ato Contra o Femicídio

A presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, participou no dia 16 de agosto de 2017 do “Ato contra o feminicídio e em defesa da memória de Mayara Amaral”. O evento aconteceu na Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás.

Um grupo de mulheres feministas, professoras e funcionários da EMAC organizaram o Ato. Durante o evento foram realizadas oficinas de cartazes e meditação, cortejo com o grupo Coró Mulher, sarau de músicas, leituras e ainda a instalação de um grande violão com flores.

A iniciativa partiu de um grupo de mulheres ativistas com o objetivo de fazer memória a musicista Mayara Amaral, que foi cruelmente assassinada no mês de julho de 2017 no estado do Mato Grosso, e repudiar o tratamento machista dado aos casos de feminicídio pela grande imprensa.

Femicídio:

No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Goiás é o segundo Estado brasileiro que mais teve homicídios de mulheres em 2014.

O homicídio cometido com requintes de crueldade contra mulheres por motivações de gênero, desde 2015, tornou-se crime hediondo com a promulgação da lei nº13. 104/2015, a lei do feminicídio. Na legislação, a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher são descritos como elementos de violência de gênero e integram o crime de feminicídio.

4.35 Palestra – Tema: Segurança Pública, Atividade Policial e Direitos Humanos

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás participou da **Semana de Segurança Pública** com o desenvolvimento do XIII Fórum de Segurança Pública e X Mostra de Segurança Pública, nos dias 26 e 27 de setembro de 2017 na universidade Uni-Anhanguera. Realizado pela coordenação e os professores dos Cursos de Tecnologia em Segurança Pública e Sequencial.



A Semana de Segurança pública surgiu a partir da necessidade de evidenciar as práticas de ação preventiva da violência na comunidade e do papel do gestor de segurança pública no estímulo ao desenvolvimento da cidadania, bem como proporcionar aos discentes o intercâmbio com profissionais de renome, estimulando o debate sobre os problemas que envolvem a temática.

O XIII Fórum contou com a participação de profissionais renomados na área da Segurança Pública, e com os Palestrantes Drº Ricardo Brisolla Balestreri – Secretário de Segurança Pública e Administração Pública e Penitenciária e a presidente da CSP deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, que abordaram o tema “Segurança Pública, Direitos Humanos e a Atividade Policial”.

4.36 Palestra – Tema: Violência contra a mulher

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou no dia 31 de setembro de 2017 palestra sobre violência contra a mulher. O evento foi realizado na Igreja Nossa Senhora da Guia em Goiânia.

4.37 Sessão Especial em homenagem ao Dia Nacional da Guarda Civil Municipal

A presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 10 de outubro de 2017, teve a iniciativa de realizar uma solenidade no Auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em homenagem ao Dia Nacional da Guarda Municipal.



A mesa dos trabalhos foi presidida pela própria deputada e estiveram presentes: o superintendente executivo de Administração Penitenciária, tenente-coronel Newton Nery de Castilho, representando o governador Marconi Perillo; o reitor do Instituto Federal Goiás (IFG), Jerônimo Rodrigues da Silva; pró-reitor de Desenvolvimento Institucional do IFG, Elias de Pádua Monteiro; assessora parlamentar e representante do deputado federal Rubens Otoni, Liza Milhomem; assessor da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária e gerente de formação do curso da Guarda Civil Municipal, Hernany Bueno de Araújo; e o vice presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais, Valdimir de Sousa Passos.

A presidente da CSP destacou que “a Guarda Civil Municipal é um motivo de orgulho a todos os goianos”. Essa solenidade também homenageou todos os membros da Guarda Civil Municipal que perderam suas vidas enquanto trabalhavam. “Homenageá-los em apenas um dia é muito pouco. Cabe a nós continuarmos lutando pelos direitos da GCM, para que ela se torne cada vez mais forte em nosso Estado”, disse Adriana.



O tenente-coronel Newton Castilho parabenizou a GCM pelos serviços prestados à sociedade. Enfatizou: “meu desejo como cidadão é ver a GCM e outras polícias do nosso País mais respeitadas. Seja no âmbito municipal, estadual e federal. Estamos vivendo um momento de evolução, no entanto, ainda há muita coisa a ser feita”.

Newton também enalteceu a presença de membros do IFG na solenidade. “A sociedade acadêmica atuou sempre abrindo os conceitos, ampliando a capacidade da sociedade em pensar melhor as situações passadas cotidianamente pelos policiais”, afirmou.

A Guarda Civil da cidade de Formosa, Regina dos Santos falou em nome dos homenageados e agradeceu a deputada pela homenagem. “Um momento ímpar em nossas carreiras, que nos deixa honrados, mostrando que o serviço que estamos realizando na GCM está indo no caminho certo.”

A solenidade também contou com a presença da Banda da GCM, regida pelo músico Estanslei Pereira de Mendonça.

4.38 Visita à Escola Superior da Polícia Civil

Na tarde do dia 19 de outubro de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, juntamente com o Delegado Deusny, visitou as novas turmas de Policiais Cíveis que estão em treinamento na Escola Superior da Polícia Civil.



Na oportunidade, manifestou a alegria de receber os novos membros desta instituição e falou um pouco da importância do trabalho na proteção das pessoas que mais precisam. Também reiterou o compromisso de lutar pela melhoria salarial para as novas turmas de policiais em Goiás.

4.39 Palestra – Tema: Ética profissional no Exercício da Atividade Policial

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, promoveu no dia 20 de outubro de 2017 palestra com o tema “Ética Profissional no Exercício da Atividade Policial” na Universidade Federal de Goiás em Goiânia. A palestra foi direcionada aos acadêmicos da turma de Ética Jurídica Profissional do curso de Direito.



4.40 Palestra e visita no município de Silvânia

No dia 24 de outubro de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve no município de Silvânia para a realização de uma palestra sobre Violência Doméstica no Espaço Cultural Juvenal Tavares.

Logo após visitou a Câmara Municipal de Silvânia, onde falou com os vereadores sobre a importância da união e fortalecimento dos municípios nas ações acerca da segurança pública (um dos exemplos citados foi o Programa Escola Sem Drogas, em parceria com a Polícia Civil).



No mesmo dia também realizou visita na Delegacia Regional da cidade, cumprindo com as atribuições da Comissão de acordo com o regimento interno da Assembleia Legislativa, onde reuniu-se com o delegado Leonardo Barbora para discutir sobre as demandas da região.



4.41 Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa esteve presente no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, promovido pela Secretaria de Segurança Pública no dia 26 de outubro na escola Superior da Polícia Civil do Estado de Goiás. O encontro anual reuniu lideranças e profissionais comprometidos com o aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil para intercâmbio de projetos e trabalhos na área.



Um dos temas abordados nesta importante capacitação tratou do papel do profissional da Segurança Pública no atendimento a mulheres em situação de violência. Estiveram presentes, além da presidente da CSP, o Secretário de Segurança Pública Ricardo Balestreri, trabalhadores de todas as forças de Segurança Pública de vários Estados e também pesquisadores.

4.42 Solenidade de Formatura dos Novos Policiais Cíveis de Goiás



No dia 31 de outubro de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve presente na solenidade de Formatura dos Novos

Policiais Civis de Goiás juntamente com o vice-governador do estado José Eliton, Secretário de Segurança do estado Ricardo Balestreri, Delegado Geral da Polícia Civil Álvaro Cássio, Secretário de Planejamento Joaquim Mesquita, diversos sindicatos, associações, autoridades, familiares e amigos dos formandos.

4.43 Palestra e Visita no município de Formosa

A presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 06 de novembro de 2017 participou do 4º Seminário Construindo a Sociedade do bem viver. O evento foi realizado pelo Instituto Formosa Para Todos e pela Revista Carta Bem Viver. Adriana Accorsi ministrou palestra sobre “Moradia com segurança para todos”.



Na oportunidade, a presidente da CSP visitou a Guarda Municipal de Formosa, onde participou de uma reunião com o Comandante R. Souza e reafirmou o compromisso da Comissão com a estruturação e fortalecimento da instituição. Participaram também o secretário de Gestão e Planejamento, Carlos Massaru e o vereador Carlinhos da Vila.



Ainda no município de Formosa, visitou as instalações da Polícia Civil (Delegacia Regional e DEAM) onde conversou com os Delegados Joaquim e Vitaltas, a Delegada Fernanda e policiais.



4.44 Palestra – Tema: Violência Doméstica

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou no dia 07 de novembro de 2017 palestra sobre a Violência Doméstica no Colégio Estadual Jaime Câmara em Goiânia.

No evento a presidente discutiu as causas da violência contra a mulher no ambiente doméstico cometidas principalmente pelos seus parceiros. Destacou que as relações de desigualdade de gênero e o enorme desequilíbrio de poder entre homens e mulheres contribuem significativamente para a ocorrência de agressões físicas e psicológicas contra as mulheres.

4.45 Debate – Tema: As Várias Faces da Violência Contra Mulher

No dia 11 de novembro de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi participou do I Encontro Estadual do Movimento de Mulheres Olga Benário, que debateu as Várias Faces da Violência Contra a Mulher.



O evento, teve como objetivo conscientizar a população e as autoridades da importância de se combater esse tipo de crime com maior rigor, fazendo com que as leis sejam cumpridas integralmente.

4.46 Palestra – Tema: Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Interfaces da Segurança Pública

A presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve presente no 3º Seminário de Psicologia Jurídica. O evento aconteceu no dia 11 de novembro de 2017 no Centro Universitário UNIALFA, onde proferiu palestra sobre o tema da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente, Interfaces da Segurança Pública.



Organizado pelo Conselho Regional de Psicologia, foi uma excelente oportunidade para debater um tema tão importante e desafiador que, infelizmente, é recorrente em nossa sociedade.



4.47 Visita e Reunião sobre Segurança Pública em Senador Canedo

No dia 10 de novembro de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve no município de Senador Canedo para uma reunião com a comunidade local sobre a questão da segurança na região.



A comunidade relatou o perigo que os moradores das proximidades do Parque Boa Vista estão correndo pela falta de iluminação, além de várias outras solicitações a cerca da segurança pública daquela região.

Na oportunidade, a presidente da CSP realizou visita na Cadeia Pública e a Guarda Municipal de Senador Canedo.

4.48 Debate – Tema: Lei Maria da Penha, aplicações práticas e avanço das medidas protetivas

No dia 23 de novembro de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública participou do debate sobre a Lei Maria da Penha e sua Aplicabilidade, na Faculdade Evangélica de Goianésia. O evento teve a presença do psicólogo Marcos Carvalho e foi mediado pelo professor Ákila Pinheiro.



4.49 Debate – Tema: Faces da Violência Contra Mulher

No dia 30 de novembro de 2017, a presidente da Comissão de Segurança Pública participou de Mesa Redonda que discutiu as Faces da Violência Contra a Mulher. O evento realizado na Faculdade de Medicina da UFG, foi organizado pelos Coletivos Pagu e Bertha

Lutz e teve a participação de Denise Carvalho, da psicóloga Railda e da doutora Aline Pinheiro.



4.50 Visita ao 10º Distrito Policial de Goiânia

Devido ao atendimento da Resolução nº 1.218 de 03/07/2007, que Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em seu artigo 45, inciso IX, compete à Comissão de Segurança Pública “promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico”.

Neste contexto, a presidente da Comissão de Segurança Pública deputada estadual Delegada Adriana Accorsi visitou nas instalações da Polícia Civil do município de Goianésia, na manhã do dia 23 de novembro de 2017. Com o objetivo de reforçar o

compromisso da Comissão em trabalhar pela estruturação e valorização da Segurança Pública, reuniu-se com os profissionais da Delegacia Regional e DEAM para discutir sobre as demandas e a situação da segurança pública daquela região.



4.51 Reunião com vice-governador José Eliton

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou uma reunião com vice-governador José Eliton, na tarde do dia 14 de novembro de 2017. Na oportunidade apresentou várias solicitações, entre elas a possibilidade de aumento progressivo no salário dos novos policiais civis aprovados no último concurso, a liberação de emendas parlamentares para a Polícia Civil, Guardas Municipais e prefeituras.



4.52 Ciclo de Debates Práticas de Paz nas Escolas

No dia 04 de dezembro de 2017 a presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, participou do Ciclo de Debate “Práticas de Paz nas Escolas” realizado pelo Ministério Público do Estado de Goiás. Uma discussão de fundamental importância que tem como objetivo abordar ações que busquem promover a cultura da paz em nossas escolas públicas e privadas.



O evento teve o objetivo de tratar sobre prevenção e enfrentamento da violência nas escolas. Além da presidente da CSP participaram dos debates: o juiz substituto da Infância e Juventude de Goiânia, Lionardo José de Oliveira; a assessora do Centro de Estudos, Pesquisas e Práticas Psicológica da PUC Goiás, Maria Luiza Moura de Oliveira; o coordenador do Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão do Adolescente, Altair dos Santos; a coordenadora da Comissão de Mediação Educacional de Goiânia, Clédia Maria Pereira; a presidente do Conselho Estadual de Educação, Maria Ester Galvão de Carvalho; e o promotor de Justiça Lucas César Costa Ferreira.

Entraram em destaque nesta etapa do evento a necessidade de aprofundar o conceito da violência que se pretende combater, a ampliação dos debates na base sobre transformação de unidades convencionais em escolas militares, renovação do modelo de capacitação dos professores, maior discussão sobre os projetos nacionais e locais em tramitação que envolvam a educação, a mediação no ambiente escolar e o fortalecimento da parceria das entidades.

4.53 Marcha Azul Marinho da Guarda Municipal de Senador Canedo

A presidente da Comissão de Segurança Pública, deputada estadual Delegada Adriana Accorsi, participou da “Marcha Azul Marinho”, no dia 04 de dezembro de 2017, na Praça Criativa no Centro de Senador Canedo-GO. O protesto ocorreu em decorrência a um vídeo lançado nas redes sociais do prefeito de Senador Canedo falando mal das Guardas Municipais. O fato contrariou a categoria de todo país e provocou repúdio culminando na manifestação Marcha Azul Marinho.



A Marcha reivindicou a valorização, dignidade e reconhecimento para o papel das Guardas Municipais e Metropolitana como força de segurança, conforme dita a lei n. 13022.

Além da presidente da Comissão, participaram do evento as Guardas Cíveis de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Cristalina e Senador Canedo, Inspetor Naval comandante da GCM de São Paulo e idealizador nacional da Marcha Azul Marinho, entre outras autoridades.

5 – PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1- PROCESSO LEGISLATIVO – 2014001847

Autor: Deputado Francisco Júnior (PSD)

Assunto: Instituiu o programa de inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho - recomençar - e dá outras providências.

2- PROCESSO LEGISLATIVO – 2017000428

Autor: Deputado Bruno Peixoto (PMDB)

Assunto: Dispõe sobre a utilização de identidade funcional expedida pelas Guardas Municipais Goianas no âmbito dos três Poderes do Estado de Goiás, englobando os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

3- PROCESSO LEGISLATIVO – 2017000766

Autor: Deputado Virmondes Cruvinel (PPS)

Assunto: Acrescenta o inciso XI ao art. 3º da lei nº 13.784 de 03 janeiro de 2001.

4- PROCESSO LEGISLATIVO – 2016003427

Autor: Deputado Jean (PHS)

Assunto: Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo DETRAN-GO ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

5- PROCESSO LEGISLATIVO – 2016003072

Autor: Deputado Diego Sorgatto (PSB)

Assunto: Dispõe sobre a punição pela prática do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências do Corpo de Bombeiros – 193; Polícia Civil – 197; Polícia Militar – 190; e do Serviço de Atendimento Médico de Urgências/SAMU – 192 e dá outras providências .

6- PROCESSO LEGISLATIVO – 2015003404

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi (PT)

Assunto: Dispõe sobre a proibição das empresas prestadoras de segurança e/ou vigilância patrimonial de utilizarem a cor "azul marinho" nos uniformes dos funcionários que exerçam a atividade de segurança.

7- PROCESSO LEGISLATIVO – 2016000365

Autor: Deputado Bruno Peixoto (PMDB)

Assunto: Dispõe sobre a proibição das empresas prestadoras de segurança e/ou vigilância patrimonial de utilizarem a cor "azul marinho" nos uniformes dos funcionários que exerçam a atividade de segurança.

8- PROCESSO LEGISLATIVO **2016002017**

Autor: Deputado Francisco Jr. (PSD)

Assunto: dispõe sobre o compartilhamento de imagens e sistemas de imagens pelos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional do estado de goiás, e dá providências correlatas.

9- PROCESSO LEGISLATIVO **2017001819**

Autor: Deputado Karlos Cabral (PDT)

Assunto: dispõe sobre a criação de mecanismos pela segurança pública para elaboração de dados estatísticos sobre a violência cometida contra as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros na forma mencionada.

10- PROCESSO LEGISLATIVO **2016003661**

Autor: Deputado Diego Sorgatto (PSB)

Assunto: dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições públicas ou privadas e as cooperativas de crédito localizadas no estado de goiás, a contratar vigilância armada para atuar 24h/dia, inclusive em finais de semana e feriados e dá outras providências.

11- PROCESSO LEGISLATIVO **2017000540**

Autor: Deputado Karlos Cabral (PDT)

Assunto: altera a lei nº 16.499 de 10 de fevereiro de 2009 do sistema de comunicação e cadastro de pessoas desaparecidas.

12- PROCESSO LEGISLATIVO **2015003404**

Autor: Deputada Adriana Accorsi (PT)

Assunto: dispõe sobre a proibição das empresas prestadoras de segurança e/ou vigilância patrimonial de utilizarem a cor “azul marinho” nos uniformes dos funcionários que exerçam a atividade de segurança.

13- PROCESSO LEGISLATIVO **2017000516**

Autor: Deputado Bruno Peixoto (PMDB)

Assunto: dispõe sobre a proibição das empresas prestadoras de segurança e/ou vigilância patrimonial de utilizarem a cor “azul marinho” nos uniformes dos funcionários que exerçam a atividade de segurança.

6 – DENÚNCIAS ACOLHIDAS PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Denúncia 1 - participante do concurso público para o ingresso na Polícia Militar do Estado de Goiás foi injustiçado na avaliação médica sendo retirado e considerado inapto por obter escoliose na coluna vertebral. Ajuizou ação e a sentença transitado em julgado declarou nula a eliminação do postulante devendo ser nomeado e empossado no cargo, mas até o momento a decisão da justiça não havia sido acatada.

Encaminhamento:

1. Ofício nº 134/2017 – Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, 03/05/17.

Denúncia 2 - denúncia de maus-tratos, assédio moral e prática de tortura feita por superiores a quatro jovens soldados do exército da cidade de Jataí, na região sudoeste de Goiás. De acordo com os soldados que fizeram as denúncias, as agressões foram motivadas por razões ideológicas e políticas, que divergiam das do superior. Em vídeo divulgado pela imprensa, o superior pisa na cabeça do soldado e joga areia em seu rosto. Os militares agredidos, novos no exército, apresentaram laudo médico em que constavam ferimentos no joelho, que teriam sido causados pelas agressões.

1. Ofício Circular n. 736/17- CSP/Alego - Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás - MPF/GO em 20 de outubro de 2017

7 - DEMONSTRATIVO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

